

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA**  
2 **CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA**  
3 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos dez dias do mês de agosto do ano de  
4 dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se virtualmente a Câmara de  
5 Administração do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a  
6 presidência do Magnífico Reitor da Universidade, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE  
7 ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton  
8 Dorival Leite, Amanda Carvalho Maia, Anna Christina Bentes da Silva, André Martins  
9 Biancarelli, Angel Pontin Garcia, Antônio Gonçalves de Oliveira Filho, Fernando Antônio  
10 Santos Coelho, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki, Heloise Oliveira  
11 Pastore, Jefferson Cano, José Alexandre Diniz, José Roberto Ribeiro, Márcio Alberto Torsoni,  
12 Maria Luiza Moretti, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Mônica  
13 Alonso Cotta, Orival Andries Junior, Paulo Régis Caron Ruffino, Rosmari Aparecida Ribeiro,  
14 Samuel Rocha de Oliveira e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais,  
15 compareceram os professores: Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Douglas Soares  
16 Galvão, Ivan Felizardo Contrera Toro, João Marcos Travassos Romano, Luisa Andreia Gachet,  
17 Marco Antonio Cataia, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de Moraes Lopes,  
18 Mirna Lúcia Gigante, Pascoal Jose Giglio Pagliuso, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas,  
19 Rodrigo Lanna Franco Silveira e Rodrigo Ramos Catharino; a doutora Fernanda Lavras  
20 Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli,  
21 Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram  
22 ausência à Sessão os seguintes conselheiros: André Victor Lucci Freitas, sendo substituído pelo  
23 conselheiro Orival Andries Júnior; Edson Tomaz, sendo substituído pelo conselheiro Francisco  
24 Haiter Neto; José Antônio Rocha Gontijo, sendo substituído pelo conselheiro Samuel Rocha de  
25 Oliveira; Vanessa Petrilli Bavaresco, sendo substituída pelo conselheiro José Roberto Ribeiro;  
26 e Ignacio Maria Poveda Velasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à  
27 Trecentésima Sexagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara de Administração, realizada de  
28 forma virtual, o que se justifica pela necessidade de se manter o isolamento social diante da  
29 pandemia de Covid-19. Pede a colaboração de todos para o sucesso da reunião, os microfones  
30 estarão normalmente silenciados, exceto quando do uso da palavra. O uso se dará por ordem de  
31 inscrição, que se faz por meio do símbolo de mão do Zoom, que está à direita na tela. Para  
32 manifestação, os conselheiros terão limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e  
33 três minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente se inicia agora e será feita  
34 também pelo botão de mão à direita nas telas, e se encerrará com a aprovação da ata da reunião  
35 anterior. Dá boas-vindas à nova diretora do Instituto de Física “Gleb Wataghin”, professora  
36 doutora Mônica Alonso Cotta, que iniciou o seu mandato em 1º.08.2021 e prosseguirá até  
37 31.07.2025. Informa que a partir de 04.08.2021, a conselheira Eliana Ferreira Elias, por  
38 indicação do Dieese, continua a integrar esta Câmara como representante titular da comunidade  
39 externa, com mandato de dois anos. Informa também que está disponível no *site* da Secretaria  
40 Geral o Parecer CLN 34/2021, referente ao item 01 da Ordem do Dia, que tem destaque

1 obrigatório. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Trecentésima Sexagésima Oitava  
2 Sessão Ordinária, realizada em 06 de julho de 2021. Consulta se há observações. Não havendo,  
3 submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 02 abstenções. Passa à Ordem do Dia e  
4 Ordem do Dia Suplementar, informando que há destaque obrigatório do item 01 da Ordem do  
5 Dia – Proc. nº 01-A-7729/2021 e Proc. nº 01-P-3062/2003 –, propostas de alteração das  
6 Deliberações CAD que dispõem sobre a Carreira Paepe e o processo de progressão de nível  
7 junto à mesma; e do item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-19600/2020 –,  
8 segunda revisão do orçamento 2021. Pergunta se há destaques por parte dos conselheiros. Não  
9 havendo, submete à votação todos os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados,  
10 por unanimidade, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: I - B - Regimentos  
11 Internos – nos termos do artigo 50, inciso I, “I”, dos Estatutos – Para Aprovação - 02) Proc. nº  
12 01-P-8793/1994, do Centro de Engenharia Biomédica – Proposta de alteração da Deliberação  
13 Consu-A-16/2001, que dispõe sobre o Regimento do Centro de Engenharia Biomédica –  
14 Pareceres PG-2276/19, 653/21, 1804/21 e CLN-32/21. 03) Proc. nº 01-P-1924/1995, da  
15 Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Proposta de alteração da  
16 Deliberação Consu-A-01/2015, que dispõe sobre o Regimento da Faculdade de Engenharia  
17 Civil, Arquitetura e Urbanismo – Pareceres PG-1982/21 e CLN-31/21. C - Congregação – nos  
18 termos da Resolução GR-19/2017 – Para Homologação - 04) Proc. nº 01-P-332/1986, da  
19 Faculdade de Engenharia Agrícola - Eleições da representação docente e da representação  
20 discente, realizadas nos dias 11 a 14.06.21 – Homologação pela Congregação em 16.06.21. 05)  
21 Proc. nº 29-P-2736/2019, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - Eleição da  
22 representação discente, realizada nos dias 15 a 18.06.21 – Aprovação pela Congregação em  
23 28.06.21. 06) Proc. nº 23-P-15899/2021, da Faculdade de Educação Física – Eleições da  
24 representação docente (nível MS-3) e da representação discente (pós-graduação) – ambos para  
25 mandato tampão, até dezembro de 2021, realizadas nos dias 24 e 25.05.21 – Homologação da  
26 aprovação *ad referendum* pela Congregação em 30.06.21. 07) Proc. nº 18-P-10518/2021, da  
27 Faculdade de Engenharia Química – Eleição da representação discente (pós-graduação),  
28 realizada nos dias 21 a 25.05.21 – Aprovação pela Congregação em 25.06.21. 08) Proc. nº 37-  
29 P-22130/2014, da Faculdade de Tecnologia - Eleição da representação docente, realizada nos  
30 dias 09 e 10.06.21 – Aprovação pela Congregação em 1º.07.21. 09) Proc. nº 17-P-21000/2021,  
31 do Instituto de Artes - Eleições da representação docente (nível MA-III) e da representação  
32 discente, realizadas nos dias 09 e 10.06.21 – Homologação pela Congregação em 24.06.21. D  
33 - Área de Prestação de Serviços – Prestação de Contas – nos termos da Deliberação Consu-A-  
34 56/20 – Para Aprovação - 10) Proc. nº 05-P-200/2001, da Faculdade de Engenharia Civil,  
35 Arquitetura e Urbanismo – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Laboratório  
36 de Empreendimentos”, relativa ao período de 09.02.20 a 31.12.20 – Aprovação pela  
37 Congregação em 28.06.21. 11) Proc. nº 05-P-7656/1996, da Faculdade de Engenharia Civil,  
38 Arquitetura e Urbanismo – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Departamento  
39 de Estruturas”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em 28.06.21. 12)  
40 Proc. nº 05-P-7657/1996, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo –

1 Prestação de contas da área de prestação de serviços “Engenharia de Transportes”, relativa ao  
2 exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em 28.06.21. 13) Proc. nº 05-P-7658/1996,  
3 da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Prestação de contas da área de  
4 prestação de serviços “Laboratório de Hidráulica”, relativa ao período de 27.03.20 a 31.12.20  
5 – Aprovação pela Congregação em 28.06.21. 14) Proc. nº 05-P-8226/2007, da Faculdade de  
6 Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Prestação de contas da área de prestação de  
7 serviços “Arquitetura e Tecnologia do Ambiente Construído”, relativa ao exercício de 2020 –  
8 Aprovação pela Congregação em 28.06.21. 15) Proc. nº 05-P-10832/1995, da Faculdade de  
9 Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Prestação de contas da área de prestação de  
10 serviços “Elaboração de Projetos e Consultoria para Órgãos Internos e Externos à Unicamp”,  
11 relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em 28.06.21. 16) Proc. nº 05-P-  
12 11485/1999, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Prestação de contas  
13 da área de prestação de serviços “Laboratório de Conforto Ambiental e Física”, relativa ao  
14 período de 01.01.20 a 30.11.20 – Aprovação pela Congregação em 28.06.21. 17) Proc. nº 05-  
15 P-13511/1999, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Prestação de  
16 contas da área de prestação de serviços “Laboratório de Hidrologia”, relativa ao período de  
17 09.02.20 a 30.11.20 – Aprovação pela Congregação em 28.06.21. 18) Proc. nº 01-P-2335/1995,  
18 do Instituto de Artes – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Auditório do IA”,  
19 relativa ao período de 22.08.19 a 31.12.19 – Aprovação pela Congregação em 25.03.21. 19)  
20 Proc. nº 07-P-2925/1998, do Instituto de Biologia – Prestação de contas da área de prestação  
21 de serviços “Estudo Ultra-Estrutural”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela  
22 Congregação em 23.06.21. 20) Proc. nº 07-P-3029/2007, do Instituto de Biologia – Prestação  
23 de contas da área de prestação de serviços “Matriz Extracelular”, relativa ao exercício de 2020  
24 – Aprovação pela Congregação em 23.06.21. 21) Proc. nº 26-P-24183/2012, do Instituto de  
25 Economia – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Consultoria e Assessoria  
26 Econômica, Financeira, Social e do Trabalho”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela  
27 Congregação em 23.06.21. 22) Proc. nº 01-P-2527/1995, do Instituto de Física “Gleb  
28 Wataghin” – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Criogenia”, relativa ao  
29 exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em 11.06.21. 23) Proc. nº 01-P-2528/1995,  
30 do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Prestação de contas da área de prestação de serviços  
31 “Laboratório de Vácuo”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em  
32 11.06.21. 24) Proc. nº 01-P-3153/1995, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Prestação de  
33 contas da área de prestação de serviços “Física de Superfícies”, relativa ao exercício de 2020 –  
34 Aprovação pela Congregação em 11.06.21. 25) Proc. nº 01-P-4451/1995, do Instituto de Física  
35 “Gleb Wataghin” – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Cristalografia”,  
36 relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em 11.06.21. 26) Proc. nº 01-P-  
37 7328/1996, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Prestação de contas da área de prestação  
38 de serviços “Laboratório de Hidrogênio”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela  
39 Congregação em 11.06.21. 27) Proc. nº 08-P-6070/2011, do Instituto de Física “Gleb  
40 Wataghin” – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Laboratório de Pesquisa em

1 Dispositivos”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em 11.06.21. 28)  
2 Proc. nº 08-P-8627/2015, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Prestação de contas da área  
3 de prestação de serviços “Conhecimentos de Física”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação  
4 pela Congregação em 11.06.21. 29) Proc. nº 08-P-10683/1996, do Instituto de Física “Gleb  
5 Wataghin” – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Metrologia Óptica”, relativa  
6 ao exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em 11.06.21. 30) Proc. nº 08-P-  
7 12544/2020, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Prestação de contas da área de prestação  
8 de serviços “Consultoria e relatórios técnicos envolvendo conhecimento na área de propagação  
9 de ondas mecânicas e eletromagnéticas”, relativa ao período de 01.12.20 a 31.12.20 –  
10 Aprovação pela Congregação em 11.06.21. 31) Proc. nº 08-P-14314/1996, do Instituto de Física  
11 “Gleb Wataghin” – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Atividades Técnicas  
12 de Infraestrutura”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em 11.06.21.  
13 32) Proc. nº 08-P-18249/2014, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Prestação de contas da  
14 área de prestação de serviços “Laboratório Multiusuários”, relativa ao exercício de 2020 –  
15 Aprovação pela Congregação em 11.06.21. 33) Proc. nº 08-P-18573/1999, do Instituto de Física  
16 “Gleb Wataghin” – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Fenômenos Ultra-  
17 Rápidos”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação em 11.06.21. 34) Proc.  
18 nº 08-P-21580/2001, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Prestação de contas da área de  
19 prestação de serviços “Óptica”, relativa ao exercício de 2020 – Aprovação pela Congregação  
20 em 11.06.21. 35) Proc. nº 08-P-25717/2007, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Prestação  
21 de contas da área de prestação de serviços “Análise de Filmes Finos”, relativa ao exercício de  
22 2020 – Aprovação pela Congregação em 11.06.21. E - Convênios, Contratos e Termos Aditivos  
23 – nos termos da Deliberação Consu-A-12/18 - a) A serem celebrados - 36) Proc. nº 01-P-  
24 1371/2021, da Agência de Inovação da Unicamp - Contrato de Licenciamento de Uso de  
25 Programa de Computador - Partes: Unicamp e Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS  
26 - Executores: Renato da Rocha Lopes e José Wilson M. Bassani - Vigência: 05 anos - Resumo  
27 do Objeto: Formalização da Licença de Uso de Programa de Computador, não exclusiva da  
28 licenciante para a licenciada, bem como o estabelecimento das condições para a implantação  
29 do programa de computador “GETS – Gerenciamento de Tecnologia para Saúde”, registrado  
30 junto ao INPI em 05.03.13 - Parecer: Cacc. 37) Proc. nº 01-P-9057/2020, da Agência de  
31 Inovação da Unicamp - Termo de Rescisão ao Contrato de Incubação - Partes:  
32 Unicamp/Funcamp e Luisa Fernanda Rios Pinto - Executores: Renato da Rocha Lopes e  
33 Eduardo Gurgel do Amaral - Resumo do Objeto: Rescindir o Contrato a partir de 11.01.21, em  
34 razão do pedido apresentado por Luisa Fernanda Rios Pinto à Unicamp, com base no disposto  
35 na Cláusula Nona, item 9.1 do Contrato ora rescindido e, assim, outorgam-se ampla quitação  
36 das obrigações assumidas - Parecer: Cacc. 38) Proc. nº 01-P-18496/2018, da Rádio e Televisão  
37 da Unicamp - Termo Aditivo nº 03 ao Termo Aditivo nº 137 ao Convênio de Cooperação  
38 Técnica e Científica, Cultural e de Assistência Administrativa - Partes: Unicamp e Funcamp -  
39 Executores: Marcos Aparecido Lopes e Christiane Neme Campos - Resumo do Objeto:  
40 Estabelecer recursos referentes ao exercício de 2021/2022, no valor de R\$120.000,00,

1 provenientes do Programa de Integração, Desenvolvimento e Socialização (PIDS) referentes  
2 aos meses de setembro de 2021 a agosto de 2022, para o cumprimento das obrigações referentes  
3 ao Canal Universitário - Parecer: Cacc. b) Para homologação da aprovação ad referendum do  
4 Reitor - 39) Proc. nº 01-P-20326/2020, do Gabinete do Reitor - Instrumento de Parceria - Partes:  
5 Unicamp e Funcamp, enquanto Organização Gestora do Fundo Patrimonial - Executores: Paulo  
6 Cesar Montagner e Adriana Nunes Ferreira - Data de Assinatura: 05.03.21 - Vigência:  
7 indeterminada - Resumo do Objeto: Cooperação mútua entre Unicamp e Funcamp, enquanto  
8 Organização Gestora do Fundo Patrimonial, para apoiar e financiar projetos e iniciativas da  
9 Unicamp nos campos do ensino, pesquisa, extensão, inovação, empreendedorismo, cultura e  
10 assistência - Parecer: Cacc. 40) Proc. nº 01-P-19290/2020, da Agência de Inovação - Contrato  
11 de Licenciamento de Uso de Programa de Computador - Partes: Unicamp e Hospital das  
12 Clínicas de Uberlândia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU - Executores: José  
13 Wilson Magalhães Bassani - Data de Assinatura: 23.12.20 - Vigência: 05 anos a contar de  
14 31.12.20 - Resumo do Objeto: Formalização da Licença de Uso de Programa de Computador,  
15 não exclusiva da licenciante para a licenciada, bem como o estabelecimento das condições para  
16 a implantação do programa de computador “GETS – Gerenciamento de Tecnologia para  
17 Saúde”, registrado junto ao INPI em 05.03.13 - Parecer: Cacc. c) Relatórios de Atividades - 41)  
18 Proc. nº 01-P-20755/2009, da Coordenadoria Geral da Universidade - Relatório Final de  
19 Atividades do Convênio - Partes: Unicamp e Finep - Executores: Maria Luiza Moretti e  
20 Emerson José Ferri - Período: setembro/2009 a abril/2021 - Resumo do Objeto: Execução do  
21 projeto “Priorização de recursos para o término das obras de infraestrutura de pesquisa  
22 multidisciplinar da Unicamp” - Parecer: Cacc. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 –  
23 Proc. nº 01-A-7729/2021 e Proc. nº 01-P-3062/2003 –, que trata de propostas de alteração das  
24 deliberações CAD que dispõem sobre a Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa  
25 e Extensão – Carreira Paepe e o processo de progressão de nível junto à mesma, a saber: a)  
26 Alteração da Deliberação CAD-A-09/2018, que dispõe sobre a Carreira Paepe, e dos anexos II  
27 e III; b) Minuta de Deliberação CAD que dispõe sobre os requisitos e critérios para progressão  
28 de nível junto à Carreira dos Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Paepe,  
29 revogando a Deliberação CAD-A-05/2019. Passa a palavra para o professor Fernando Sarti,  
30 que vai fazer uma breve introdução, e depois passará a palavra ao professor Pascoal, convidado  
31 especial desta Sessão. O professor Pascoal presidiu o GT que discutiu as modificações na  
32 carreira, e agradece muito que ele tenha aceitado o convite para fazer uma apresentação das  
33 modificações. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que os resultados aqui apresentados  
34 envolveram uma ampla discussão do grupo de trabalho, mas também já foram discutidos em  
35 duas sessões da CIDEF, com a participação ativa dos servidores técnico-administrativos, onde se  
36 tratou desses requisitos e critérios para progressão na Carreira Paepe. Talvez ainda não tenham  
37 um sistema de avaliação ideal, mas certamente as mudanças sugeridas lhe parecem ser um  
38 significativo avanço, sem prejuízo de que novos aperfeiçoamentos sejam realizados ao longo  
39 do segundo semestre, e mesmo nos próximos processos de avaliação nos anos subsequentes.  
40 Passa a palavra ao professor Pascoal, a quem gostaria de agradecer não apenas pela condução

1 do GT que tratou o tema, mas também pela disponibilidade de participar desta reunião, inclusive  
2 porque o professor se encontra no exterior. O Professor PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO  
3 apresenta *slides* e diz que o trabalho do GT Carreira se iniciou em fevereiro de 2020, com o  
4 objetivo da revisão do processo de progressão de Carreira Paepe, regido pela Deliberação CAD-  
5 A-009/2018 e 005/2019. Mostra a composição do GT, que foi criado e iniciou os trabalhos em  
6 fevereiro de 2020. É um GT que foi formado majoritariamente por funcionários dos diversos  
7 setores da Universidade e teve a participação de dois docentes, a professora Ângela Maria  
8 Moraes, da FEQ, e ele. Agradece imensamente a colaboração e a participação de todos os  
9 membros do GT. Foi um trabalho bastante exaustivo e longo, que levou todo o ano de 2020, e  
10 antes mesmo de a proposta ser apresentada na CIDF, ela foi levada para discussão com o STU,  
11 com a representação dos funcionários do Consu, e também com a DGRH e com a PRDU.  
12 Depois dessa primeira rodada de discussão, a proposta foi para a CIDF, inicialmente no  
13 Expediente da CIDF, sendo disponibilizada para todas as SAs e RHs, que mais uma vez  
14 enviaram sugestões. Elas foram tratadas pelo GT em uma tabela completa, foi disponibilizada  
15 para a CIDF, onde todas as considerações foram tratadas, de uma maneira ou de outra, antes da  
16 votação. Houve duas reuniões de votação, em que a proposta foi aperfeiçoada pelas sugestões  
17 dos membros da CIDF, e no final foi aprovada por unanimidade por aquela câmara. Isso foi  
18 enviado agora para a CAD, já na gestão do professor Antonio José, e estão hoje discutindo esse  
19 assunto muito importante. Vai destacar as principais mudanças que foram fruto dessas  
20 discussões e ressaltar as mudanças prioritárias, mudanças pelas quais toda a comunidade  
21 clamava. Detalhes foram aperfeiçoados, mas há mudanças prioritárias, que são de estrutura, que  
22 são de fato muito importantes e eram unânimes do ponto de vista de manifestação da  
23 comunidade. O GT trabalhou da seguinte forma: receberam o relatório do DGRH do processo  
24 de progressão de 2019, e o material de todas as CSARHs, que fizeram o processo, então elas  
25 comentavam como o processo tinha ocorrido naquelas unidades e órgãos, e destacavam então  
26 pontos positivos e negativos daquele processo. De posse do material, o GT tentou separar o que  
27 teve de bom e o que teve de ruim de acordo com as opiniões ali apresentadas. Como mostra o  
28 gráfico apresentado, quase todos destacam que o início do processo é um ponto positivo,  
29 querendo dizer que é melhor que tenha algum processo ocorrendo do que nenhum. Que esse  
30 processo deve acontecer ano a ano, com injeção de recursos, e ser sempre aperfeiçoado ao longo  
31 do processo. Apesar de o formato do relatório ser sempre questionado, muitos elogiam o fato  
32 de existir um relatório, que é uma oportunidade de o funcionário escrever os pontos do seu  
33 desempenho. Muitos destacaram a existência de uma comissão *ad hoc* para isso, que uma  
34 comissão especial de avaliação tenha sido um ponto positivo no novo processo. Obviamente  
35 que os pontos negativos eram muito maiores, mais pessoas criticavam o processo do que  
36 elogiavam, e o gráfico seguinte mostra a distribuição desses pontos negativos. A grande maioria  
37 sentiu falta de critérios objetivos, métricas objetivas e transparência no processo, transparência  
38 tanto da metodologia de avaliação, quanto do critério de distribuição de recursos. E que isso  
39 deveria acontecer antes do início do processo, ou seja, as regras do jogo deveriam estar muito  
40 claras antes do início do processo, tanto nos critérios de avaliação quanto nos critérios de

1 distribuição de recursos. Muitos colocaram que o relatório é uma coisa boa, mas precisa de um  
2 apoio e um treinamento melhor para elaboração do relatório e também de como as comissões  
3 devem avaliar esse relatório. A revisão do Anexo III, que era usada para progressão de 2019,  
4 deveria acontecer em uma linguagem mais acessível, com critérios mais bem estabelecidos, um  
5 perfil mais adequado. Falta de conhecimento dos avaliadores, ou seja, criticando a comissão,  
6 que deveria ter conversado com supervisionados ou supervisores, que deveria ter buscado mais  
7 informações sobre o avaliado, que falta uma avaliação de desempenho na Universidade, que  
8 isso deveria acontecer. Criticavam também situações mais estruturais, como a falta de recurso,  
9 ou seja, o montante de recurso deveria ter sido maior; ausência de mobilidade horizontal,  
10 lembrando que em 2019 só havia possibilidade de salto de um nível para outro dentro do mesmo  
11 segmento; e a falta na implementação do interstício, ou seja, o interstício já deveria acontecer.  
12 Então, percebem que houve críticas à metodologia do processo de avaliação, e críticas que são  
13 mais de estrutura e normativa. Com base nessas informações, o GT trabalhou em mudanças  
14 prioritárias, que deveriam imediatamente acontecer: primeiro, resolver a falta de critério  
15 objetivo e transparência; fazer uma revisão do Anexo III; incluir imediatamente os interstícios;  
16 de alguma maneira, ter posicionamento dos supervisores, ou dos supervisionados, um ponto  
17 que apareceu depois; e tratar gestores de não gestores e separadamente. Então essas foram as  
18 mudanças prioritárias que apareceram em todos esses textos, conversas e avaliações de  
19 documentos, e elas foram incluídas nas deliberações que estão votando hoje. É claro que muita  
20 coisa além disso foi incluída, mas ressalta que os principais anseios da comunidade foram  
21 atendidos por essas deliberações que estão votando hoje. Por exemplo, elas agora tratam do  
22 interstício; em um primeiro momento, como a concentração de pessoas no nível inicial da  
23 carreira era muito grande, o GT original imaginou que durante alguns anos seria interessante  
24 que todos pudessem pleitear progressões sucessivas. Depois do resultado da primeira  
25 progressão, em que só 10% dos servidores foram contemplados, ficou claro que seria melhor  
26 ter um espalhamento maior das possibilidades de progressão entre os servidores. Então todos  
27 entenderam, isso foi unânime, que o interstício deveria valer de imediato. E a modificação foi  
28 não só no interstício no número de anos, como também vinculá-lo a ciclos de progressão,  
29 porque estão vivendo uma situação no momento em que não há ciclos de progressão. Os anos  
30 estão se passando sem que os ciclos aconteçam. A mudança diz respeito a três anos e, no  
31 mínimo, dois ciclos de progressão, desde a sua última progressão. Portanto, o funcionário que  
32 conseguiu a sua promoção em 2019 não poderá participar do próximo processo, em 2022, não  
33 por causa dos três anos, mas sim por causa do mínimo de dois ciclos de progressão desde a sua  
34 última progressão obtida e a data de submissão para novo pleito. O interstício passa a vigorar  
35 imediatamente, e não mais existe a disposição transitória que dizia que ele não iria ocorrer nos  
36 próximos três anos, naquele momento imaginando que um ano após o outro o processo de  
37 progressão aconteceria. Então isso foi corrigido. Outra correção importante foi a separação do  
38 Anexo III em duas partes: o Anexo III-A, de cargos não gratificados, ou seja, sem GR, e o  
39 Anexo III-B, para cargos gratificados com GR. Esse também foi um pleito importante porque  
40 no Anexo III anterior imaginava-se que algumas características que tinham lá poderiam

1 favorecer cargos gratificados em detrimento de um cargo mais técnico, um trabalho isolado  
2 dentro de um laboratório, por exemplo. O conhecimento sistêmico da organização, por  
3 exemplo, que era uma habilidade exigida no Anexo III original, não faz parte mais do Anexo  
4 III-A, de cargos não gratificados, foi trocado por “visibilidade além do local de trabalho e grau  
5 de impacto nas interfaces”, que é diferente de conhecimento sistêmico da organização. Então  
6 esse é só um exemplo. Por outro lado, no Anexo III-B, nos cargos gratificados, mais habilidades  
7 foram acrescentadas. Então a visão sistêmica ainda permanece nesse caso sim para o gestor;  
8 capacidade de mobilização e desenvolvimento do trabalho em equipe é uma habilidade nova  
9 que aparece para o gestor; e liderança também aparece, requisito aplicado somente a quem  
10 dirige equipes. O trabalho da comissão agora, no que diz respeito a critérios mais objetivos e  
11 transparentes, é estabelecer uma métrica com pesos, baseada no grau de atendimento de  
12 requisitos para progressão por aumento de complexidade, tratando os anexos III-A e III-B de  
13 forma separada, ou por análise de desempenho, que é a progressão horizontal, que passa a  
14 acontecer agora. Para estabelecer os critérios, ela pode se basear em métricas que foram  
15 utilizadas em 2019 com bastante sucesso. Vários órgãos e unidades apresentaram suas métricas  
16 na CIDF e com bastante elogios com relação ao critério que eles usaram. Com métricas mais  
17 objetivas, é possível que ocorram empates, por isso a comissão de avaliação já deve definir qual  
18 é o critério de desempate, se ocorrer empate em uma métrica objetiva até um certo número de  
19 casas, em uma nota ou algo semelhante. Outra obrigação da comissão agora é melhorar também  
20 a devolutiva do que ela vai fazer. Ela vai estabelecer uma métrica objetiva, vai discutir como  
21 ela é, esses critérios serão aprovados na congregação, antes do início do processo, algo  
22 completamente transparente e objetivo. Se não forem aprovados na congregação, voltam para  
23 a comissão discutir, ela elabora, vê o que a congregação pensa a respeito, o processo se repete.  
24 A comissão pode distribuir as métricas de acordo com as funções, por exemplo, a métrica para  
25 os técnico-administrativos vai ser de tal forma, métrica para os funcionários de TI vai ser de tal  
26 forma, para os técnicos dos laboratórios é de tal forma. Se ela fizer isso, vai ter de dizer como  
27 vai conciliar todas essas métricas no final. Ou seja, toda metodologia é discutida antes do início  
28 das inscrições, então no momento da inscrição o servidor sabe exatamente como será avaliado.  
29 Essa é uma mudança muito importante, significativa, em relação ao processo anterior. Havendo  
30 dúvidas em relação às informações fornecidas nos relatórios de avaliação para qualquer tipo de  
31 progressão, a comissão pode falar com o supervisor imediato, se assim o desejar, ou com os  
32 membros da equipe do supervisionado. Isso está explícito agora, não estava explícito de  
33 maneira tão clara na deliberação anterior. Feito isso, a comissão vai elaborar um relatório final,  
34 único e circunstanciado, descrevendo como ela avaliou aqueles funcionários através da métrica  
35 que ela disponibilizou antes. Nesse relatório final ela vai separar os servidores, vai fazer listas  
36 separadas por tipo de progressão, por segmento, e no caso da progressão por aumento de  
37 complexidade, vai separar gratificados de não gratificados. Vai gerar todas essas listas de  
38 classificação com base nos critérios que ela elaborou e divulgou antes, e vai melhorar a  
39 devolutiva, que foi também um pedido da comunidade. Ela vai fazer um parecer  
40 circunstanciado individual, padronizado pelas métricas de pesos estabelecidos, para o servidor,

1 explicando o porquê da nota padronizada que ele obteve, uma devolutiva para ele entender  
2 como foi a sua classificação. Vai resumir como se dará o processo. Antes do início da  
3 progressão, então isso pode começar a acontecer a partir da aprovação dessas deliberações, a  
4 comissão de avaliação vai ser montada, vai ser indicada pela CSARH da unidade ou órgão e  
5 vai ser aprovada na congregação. Feito isso, ela vai discutir, pensar, usar exemplos anteriores  
6 e estabelecer um critério. Estabelecido o critério, ela vai divulgar, vai ser aprovado na  
7 congregação e então, do ponto de vista de metodologia, o processo já pode começar a acontecer.  
8 Além disso, a congregação vai tomar conhecimento do montante de recursos disponível; está  
9 em discussão na Universidade no momento, por proposta da Pró-Reitoria de Desenvolvimento  
10 Universitário, que o próximo processo de progressão tenha um aporte maior em progressão  
11 horizontal. Nesse caso, a congregação ou a instância equivalente do órgão vai saber o montante  
12 de recursos que ela tem para progressão horizontal ou para progressão vertical. Tendo isso em  
13 mãos, ela vai estabelecer o critério de distribuição. Nesse momento não terá lista de nomes, é  
14 antes do início do processo, ela vai apenas definir, por exemplo, que vai distribuir o montante  
15 de recurso de acordo com a recomendação da PRDU, 80% horizontal e 20% vertical, e dentro  
16 desse valor de que forma vai distribuir. E vai definir qual a lista vai ser a primeira, se a do  
17 segmento superior gratificado, por exemplo, ou se vão começar com um segmento fundamental  
18 não gratificado. Ela vai seguindo, pegando o primeiro colocado de cada lista, até completar o  
19 total de recursos que possui, e vai divulgar para a comunidade que vai ser assim. Ou ela pode  
20 decidir preencher toda a lista de segmento superior não gratificado primeiro. Qualquer que seja  
21 o critério da congregação ou instância equivalente, isso vai ser votado antes do início do  
22 processo, portanto pode ser feito durante o segundo semestre de 2021 para que, no começo de  
23 2022, as inscrições comecem a acontecer com o recurso disponibilizado, e tudo isso pode ser  
24 viabilizado. É muito importante que essa ferramenta seja aprovada para que todo o resto ocorra  
25 com tranquilidade no restante do segundo semestre de 2021, porque várias mudanças são  
26 importantes para que isso ocorra bem. No início do processo de progressão, o servidor vai  
27 decidir se vai fazer uma progressão vertical, ou seja, mudando de nível dentro de um segmento,  
28 ou fazer uma progressão horizontal, que é mudar da referência A e B para a referência C dentro  
29 do mesmo nível, dentro do mesmo segmento. Se ele decidir fazer a progressão vertical, é muito  
30 parecido com o que foi no caso passado; ele vai fazer um relatório circunstanciado, um  
31 requerimento de inscrição, a única diferença importante aqui é que ele vai se basear no Anexo  
32 III-A se ele tiver um cargo não gratificado, e no anexo 3B se tiver um cargo gratificado. Se ele  
33 for fazer uma progressão horizontal, ele vai ser então julgado pelo seu desempenho dentro do  
34 mesmo nível, então ele não precisa ter adquirido competências do nível superior, ele está  
35 progredindo dentro do mesmo nível. Isso é uma demanda bastante importante de toda  
36 comunidade, a possibilidade de progressão horizontal, não aquele pequeno salto de 5% para  
37 cada referência, uma progressão mais significativa, mas na horizontal, sem a necessidade de  
38 adquirir novas habilidades do nível superior. Nesse caso, ele faz um requerimento de inscrição,  
39 e a ideia original do GT é que isso estivesse vinculado a um programa institucional de avaliação  
40 de desempenho que deveria acontecer independentemente de progressão. Porém, isso

1 infelizmente ainda não existe, então para não inviabilizar a progressão horizontal, o GT já  
2 colocou uma disposição transitória que a CIDF acatou, que é no caso da inexistência de um  
3 programa de institucional de avaliação de desempenho, ele vai usar um relatório simplificado,  
4 não circunstanciado, de avaliação de complexidade, mas sim um de avaliação de desempenho,  
5 que pode ser inclusive no sistema da DGRH, para que ele preencha então uma avaliação de  
6 desempenho validada pelo supervisor. Esse relatório vai ser avaliado pela comissão, que definiu  
7 os critérios também nesse caso, todos já conhecem, e esse processo pode ocorrer então já em  
8 2022. É preciso notar que o trabalho da congregação, ou instância equivalente, é bastante  
9 complicado também, esse foi um ponto de muita discussão, que os funcionários deixaram muito  
10 claro que eles preferem saber o que está acontecendo antes que o processo ocorra. Para os  
11 gestores é mais difícil, porque eles terão de imaginar como pretendem distribuir os recursos  
12 entre as listas antes mesmo do processo se iniciar. No entanto, do ponto de vista de  
13 transparência, critérios e legitimidade do processo é melhor, porque ele vai tomar uma decisão  
14 entre as listas sem que as listas contenham nomes. Mas, obviamente, a congregação deve ter o  
15 cuidado de distribuir da maneira mais proporcional possível os recursos entre as listas, e dizer  
16 como ela fará isso, definindo então as prioridades. Podem pensar como ficaria se for uma  
17 CSARH pequena, que talvez não tenha recurso para todas essas listas; para esses casos há o  
18 parágrafo 3º do Artigo 15, estabelecendo que “será assegurada a cada CSARH no mínimo uma  
19 promoção indicada pela congregação ou instância equivalente, por nível e por segmento”. Em  
20 termos de mudanças prioritárias, foram essas, mas é importante que notem que a construção da  
21 carreira não vai terminar hoje, ela tem de ser algo perene, discutido ano a ano. Durante as  
22 discussões dos GTs, vários princípios apareceram, que vale a pena ser compartilhados: é  
23 importante enfatizar que as carreiras não devem se pautar somente em processos de  
24 reconhecimento individual dos servidores, mas é uma construção coletiva, de melhoria de  
25 aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Universidade para a sociedade, dentre sua missão  
26 como universidade pública gratuita e socialmente referenciada. Se é assim, deveria ser uma  
27 missão da Universidade, dentro do planejamento estratégico, a valorização das carreiras,  
28 deveria ser um ponto indiscutível, como se fosse um princípio dentro do planejamento  
29 estratégico. As carreiras devem ser perenes e tratadas como elemento fundamental dessa busca  
30 de aperfeiçoamento. E não devem sofrer rupturas severas com troca de gestão, deve ser uma  
31 política da Universidade, não de uma gestão em particular. Então, é importante que haja uma  
32 revisão anual dos processos de carreira, tanto docente quanto não docente. O GT até arrisca  
33 dizer que deveria existir uma comissão permanente da avaliação das carreiras, poderia ser até  
34 no âmbito da CAD. Essa comissão, ano a ano, teria como missão avaliar como os processos das  
35 carreiras aconteceram naquele ano, e já propor melhorias para o ano seguinte, sem que seja  
36 necessária a montagem de um GT *ad hoc* para fazer aquela avaliação. E apesar de não dever  
37 ser um empecilho para progressão horizontal, insistem que o Programa Institucional de  
38 Avaliação de Desempenho Geral da Universidade tem de acontecer. Isso é muito importante e  
39 deve acontecer independentemente de haver ou não progressão, porque ele tem como objetivo  
40 avaliar o desempenho geral do servidor e fazer com que ele melhore, mesmo não sendo

1 promovido. Essa devolutiva da avaliação é importante, mesmo que não seja necessariamente  
2 associada à progressão. Chama a atenção que é importante que isso seja aprovado logo porque  
3 várias ações decorrem dessas mudanças. Então o relatório de atividade necessita de um maior  
4 apoio, que pode vir da DGRH, da Educorp, treinamento dos setores de RH e CSRH locais,  
5 inclusive da revisão de roteiros de elaboração dos relatórios, a revisão do Anexo III, as  
6 mudanças que ele possui, a discussão dos critérios de avaliação, agora transparentes, tudo isso  
7 leva tempo, por isso é importante que isso comece a acontecer o mais rápido possível. Uma  
8 recomendação do GT que já foi seguida é que os anexos III-A e III-B deveriam passar por um  
9 revisor especialista em línguas, isso foi feito, então agradece o esforço da PRDU em cumprir  
10 com essa solicitação do GT. O trabalho das comissões de avaliação agora vai ser muito maior,  
11 então é importante que a DGRH e a CIDF auxiliem as comissões de avaliação nas discussões  
12 desses critérios objetivos, usando critérios que foram bem-sucedidos no processo de progressão  
13 de 2019. Agradece mais uma vez a todos que participaram desse processo, e está à disposição.  
14 O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor Pascoal e o GT anterior que trabalhou nisso;  
15 o professor Pascoal nominou as pessoas, uma contribuição bastante importante, ele destacou os  
16 princípios, as recomendações finais e as principais modificações, com isso ele orienta bastante  
17 a discussão. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE cumprimenta o professor Pascoal  
18 pela condução do GT, e enquanto funcionário da Carreira Paepe vai ratificar vários pontos que  
19 o professor colocou muito bem na sua apresentação e que considera fundamentais para a  
20 melhoria do processo de progressão. Vai fazer uma intervenção bastante pragmática e  
21 aproveitar para responder vários questionamentos que recebeu até ontem sobre o item de pauta  
22 referente à progressão da carreira. Em 2019, a progressão se deu por meio de análise de um  
23 relatório circunstanciado baseado nas Deliberações CAD-A-009/2018 e 005/2019. A  
24 Deliberação CAD-A-009/2018 trata da estrutura da carreira, e ela tem um capítulo apenas que  
25 trata da progressão, de modo que a 005/2019 trata especificamente da progressão, só que com  
26 as mudanças sugeridas na 005/2019, que acha que devem ser aprovadas, é preciso fazer alguma  
27 alteração de redação da 009/2018. Está falando isso porque dos vários questionamentos que  
28 recebeu tratavam de estrutura, e não era escopo do trabalho deste GT rever a estrutura da  
29 carreira. Refere-se à estrutura colocada em segmentos, e os segmentos distribuídos em níveis,  
30 e as mais de 400 funções Paepe distribuídas nos segmentos; se acharem que é pertinente que se  
31 trate dessa questão de estrutura, sugere que a PG faça uma manifestação, mas está colocando  
32 isso para deixar claro que não era o foco rever estrutura, mas melhorar a progressão. Uma outra  
33 coisa que está muito bem colocada no GT é que havia consenso que o processo de progressão  
34 de 2019 precisava de aperfeiçoamento, e foram apresentados vários pontos fracos que deveriam  
35 ser melhorados, com o que concorda, e inclusive os colocou durante a tramitação das  
36 deliberações CAD-A-009/2018 e 005/2019. Foi voto vencido, mas não há problema, rodou a  
37 carreira, e sem dúvida é mais importante rodar a carreira e fazer aperfeiçoamento depois do que  
38 não rodar carreira. O GT foi designado para apresentar uma proposta de melhoria dos pontos  
39 que a comunidade colocou que deveriam ser melhorados, e esse trabalho foi muito bem feito.  
40 Uma outra questão que considera importante, e está muito bem colocada pelo GT, é que também

1 havia consenso de que não era mais aceitável que com a mudança de gestão revogassem  
2 deliberações CAD que tratavam carreira de avaliação e começassem a discussão do zero. Isso  
3 aconteceu no passado recente e foi muito abordado durante a discussão que isso não era mais  
4 aceitável. Esse elemento está apontado no relatório, concorda com ele, e vai colocar mais um  
5 elemento aqui para reforçar esse posicionamento da comunidade: durante a sucessão para a  
6 Reitoria, os programas de gestão dos candidatos tratam da Carreira Paepe. Não vai falar pelas  
7 outras candidaturas, mas no seu entendimento era consenso, inclusive na campanha, que não  
8 era mais aceitável que se começasse essa discussão do zero. E também estava colocado que a  
9 gestão nova não desconsideraria o trabalho feito anteriormente, que ela daria andamento ao  
10 trabalho que foi feito. Esta gestão está cumprindo esse compromisso. A proposta que está  
11 colocada aqui, de alteração da Deliberação CAD-A-009/2018, da revogação da Deliberação  
12 CAD-A-005/2019, conforme orientação do parecer PG, com que concorda, porque houve tanta  
13 alteração para fazer a melhoria do processo na 005/2019 que é muito mais viável revogá-la e  
14 construir outra minuta, que é a que está colocada na pauta aqui, 100% pautada nos princípios  
15 que foram elencados no relatório de 2020 da gestão anterior, não tem mudança nenhuma. Esse  
16 é um ponto que considera extremamente importante, que faz questão de reafirmar aqui. Não  
17 cabe mais ficar entrando nos artigos que foram alterados, como era e como ficaram, porque o  
18 professor Pascoal fez isso muito bem; no relatório isso já está bem claro, mas com a  
19 apresentação feita por ele, se alguém tinha alguma dúvida, ela foi esclarecida. Mas as questões  
20 prioritárias que foram colocadas como mudanças, com as quais concorda totalmente, até porque  
21 falava disso já na tramitação da deliberação original, são: a questão da implementação dos  
22 interstícios, e quando colocaram a disposição transitória estabelecendo que não haveria  
23 interstício nos três primeiros anos, já sabiam que só teriam certeza se deveriam implementar  
24 um interstício ou não, depois que tivesse feito a primeira rodada. E, no seu entendimento, o  
25 ponto principal que determina a colocação do interstício é o volume de recursos que se coloca  
26 para rodar a carreira. Então acha que esse é um ponto que é importante, que resolve um  
27 problema. Também a questão da revisão do Anexo III, dividindo-o em Anexo III-A para cargo  
28 não gratificado e Anexo III-B para cargo gratificado. Era fundamental tomar essa medida,  
29 porque da forma como estava antes, ele favorecia quem estava em cargo gratificado, pelas  
30 competências que estão lá colocadas, e que agora foram muito bem alteradas. Sempre falou que  
31 quem tem cargo gratificado deve ser avaliado, pode usar as competências que estão lá, mas não  
32 pode não ser avaliado na competência de capacidade de gestão. Agora, da forma como foi  
33 alterado, o processo fica mais adequado, serão comparadas duas coisas diferentes, com  
34 instrumentos diferentes. A padronização do processo de avaliação pelas comissões foi bem  
35 colocada na apresentação e é algo que considera importante, que passa pela obrigatoriedade da  
36 divulgação de métricas, objetivos e com pesos, as pessoas têm de conhecer isso antes. Outro  
37 elemento importante é a incorporação da possibilidade de progressão na horizontal, e a  
38 determinação de volume específico para que se destine na horizontal e na vertical. Acha que  
39 ficou uma distribuição adequada e com critério mais justo agora. A questão da construção  
40 coletiva é também fundamental; o professor Pascoal colocou isso e ratifica essa observação da

1 construção coletiva com todos os setores da Universidade, um ponto que foi abordado pelo GT  
2 com muito cuidado. Houve discussão prévia com os representantes dos funcionários no Consu,  
3 com o sindicato dos trabalhadores, depois em outro momento, e isso responde diretamente um  
4 questionamento que recebeu de CSA ontem, houve participação das CSARHs, houve várias  
5 sugestões que foram recebidas pelas CSARHs, isso aconteceu, tanto que foram bem  
6 trabalhadas, discutidas e várias coisas foram incorporadas para melhorar a proposta do GT.  
7 Consta na pauta um relatório e um adendo do relatório final, onde está muito claro que houve  
8 ampla participação de todos os setores da Universidade e, na medida do possível, sugestões  
9 boas foram incorporadas. Ocorreu participação importante das CSARHs, e isso está bem  
10 evidente no adendo do relatório final. Ratifica o que o professor Pascoal colocou aqui, que para  
11 rodar a carreira, é preciso recurso. Já aconteceu em 2018 de haver recurso colocado na carreira  
12 e não ter instrumento, e foi criado um IAC. Este aqui é um modelo que está bastante melhorado,  
13 resolve bastante dos problemas de 2019, ele precisa ser aprovado hoje. Precisam alterar a  
14 Deliberação CAD-A-009/2018, revogar a Deliberação CAD-A-005/2019 e aprovar a nova  
15 deliberação CAD que trata da progressão hoje, para rodar a carreira em 2022 baseado no que  
16 está colocado aqui. A DGRH, que é a protagonista do processo, precisa tomar várias  
17 providências administrativas para que isso aconteça de maneira adequada em 2022. O tempo  
18 deve ser considerado. Portanto, manifesta seu voto favorável à aprovação da proposta como  
19 está colocada na pauta, para 2022. Entende que carreira precisa sim ser perenizada, e para  
20 perenizar carreira um ponto importante é que haja injeção de recurso anualmente e que haja  
21 melhoria no instrumento, e o instrumento que possuem para 2022 é esse. Para 2023, é uma outra  
22 discussão. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS parabeniza as  
23 comissões dos dois GTs, através da figura do professor Pascoal, realmente é um trabalho insano  
24 que eles fizeram, tentar coordenar e reescrever uma carreira que gerou várias confusões na  
25 última aplicação. Mas, como o senhor Adilton mencionou, a ideia é não parar o processo e cada  
26 vez mais fazer melhorias, mesmo que sejam pequenas, mas que atendam à necessidade da  
27 comunidade. Na Deliberação CAD-A-009/2018, o artigo 2º, inciso I deixa bem claro que uma  
28 das premissas da carreira é ter critérios objetivos, transparentes e amplamente divulgados para  
29 todos os servidores. No inciso II, que os critérios e os requisitos sejam estabelecidos para o  
30 ingresso de progressão na carreira favorecendo o mérito e os princípios de legalidade,  
31 impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No inciso III, garantia de equidade dos  
32 direitos e deveres dos servidores ativos, respeitando as especificidades das funções ou dos  
33 cargos que desempenham. Destaca esses incisos porque acha que devem considerar esses  
34 aspectos na aplicação desse instrumento. Quando estiverem fazendo o ciclo acontecer, cada um  
35 desses itens será extremamente importante, e alguns desses foram reforçados agora com o  
36 trabalho do GT. Tem algumas sugestões em alguns itens, para melhoria na redação, que podem  
37 evitar eventuais problemas. Apresenta algumas sugestões enviadas por colegas, outras oriundas  
38 do seu estudo da redação, quando percebeu a necessidade de ajustes. No artigo 7, parágrafo 2º,  
39 consta: “A participação no processo de progressão só poderá ocorrer após cumprido o interstício  
40 mínimo obrigatório de três anos, e a realização de, no mínimo, dois ciclos de progressão, ambos

1 os prazos contados entre a última progressão obtida e a da data de submissão do novo pleito”.  
2 Da forma como está escrito, pode ser que alguém possa levar até quatro anos para poder passar  
3 por uma nova aprovação, porque da data do fim do recebimento da progressão para o início da  
4 próxima, é uma tramitação um pouco longa, pode ser que possa levar até quatro anos. Fez uma  
5 sugestão de correção: “A participação no processo de progressão só poderá ocorrer após  
6 cumprido, no mínimo, dois ciclos de processo avaliatório ou, na ausência desses, o mínimo  
7 obrigatório é de três anos, ambos contados a partir do início do processo da última progressão  
8 obtida e a data de submissão para o novo pleito. Já deixam aqui uma pequena correção, que  
9 caso não tenham o processo de avaliação por causa de recurso, alguma coisa assim, não  
10 penalizem as pessoas que obtiveram o pleito e vai ficar muito mais tempo ainda sem uma nova  
11 avaliação. No artigo 9º: “Definidos os prazos pela CIDF, o servidor deverá requerer sua  
12 progressão por aumento de complexidade ou por excelência no desempenho da função com  
13 parecer circunstanciado pela comissão ou CSA, com base no inciso II do parágrafo 1º, do artigo  
14 7º, aprovado pela congregação ou instância equivalente”. A sugestão de alteração é: “O servidor  
15 deverá requerer sua progressão por aumento de complexidade e/ou por excelência de  
16 desempenho” - é uma sugestão que veio inclusive de uma unidade de que o servidor possa  
17 solicitar as duas progressões, e conforme for tendo o resultado da avaliação, ele passa a ter  
18 prioridade se ele for contemplado nas duas a ter o resultado de uma só, só na vertical, não na  
19 horizontal. E se ele não contemplar na vertical e for contemplado na horizontal, pelo menos ele  
20 não perdeu o processo de avaliação. Então sugere essa alteração no *caput* e depois adiciona o  
21 parágrafo 3º: “O servidor que participar dos dois processos de progressão poderá ser  
22 contemplado com recurso em apenas um dos processos, priorizando-se o processo vertical”. No  
23 artigo 10, adicionaria dois parágrafos: “É vedada a participação da comissão de avaliação por  
24 qualquer membro com parentesco até de terceiro nível de qualquer participante do processo da  
25 CSARH específica”, isso porque houve alguns questionamentos na avaliação passada, de ter  
26 algumas pessoas que participavam da comissão de avaliação e tinha algum grau de parentesco.  
27 Um outro parágrafo: “Os membros da comissão de avaliação devem ter ao menos um  
28 representante de cada ‘tipo’ de funcionário, por exemplo, médico, enfermeiro, profissional de  
29 TI, técnico administrativo. Como algumas CSAs são bem distintas, o corpo de funcionários que  
30 trabalham dentro dessas CSAs, é importante que tenha alguém que possa também fazer uma  
31 avaliação mais próxima do que está sendo trabalhado. Em algumas CSAs, como exemplo o  
32 CCUEC, 90% do CCUEC são técnicos de TI, mas existe um corpo administrativo dentro do  
33 CCUEC que deve ser considerado, então não adianta colocar na comissão de avaliação só  
34 técnicos em TI. É preciso colocar também o pessoal da administração. No artigo 11: “Os títulos  
35 e demais certificados de formação e capacitação obtidos por servidores podem ser considerados  
36 como parte relevante no processo de progressão”; sua sugestão é que alterar para “devem fazer”.  
37 Precisam se lembrar que o principal ativo da Universidade é o conhecimento, então devem  
38 estimular os servidores a continuarem estudando, se aperfeiçoando, além de trazer uma  
39 equidade aos parâmetros aplicados por toda a Universidade, porque se uma unidade considera  
40 e a outra não considera, há uma divergência. Sugere até que a própria DGRH monte uma tabela

1 com qual seria a pontuação, a sugestão etc. Incluiria um novo parágrafo: “A participação de  
2 servidores em grupos de trabalho institucionais, instrutores ou conteudistas da Escola de  
3 Educação Corporativa e apresentações de trabalhos em congressos externos à Universidade  
4 podem ser considerados como parte relevante do processo de progressão na medida em que  
5 tenham agregação no valor na multiplicação do conhecimento e valorização institucional”.  
6 Aquelas pessoas que fazem parte de algum evento ou de algum grupo de trabalho, ou mesmo  
7 como parte dos instrutores da Escola de Educação Corporativa, devem ser consideradas. Não  
8 colocaria como obrigatório, mas eles podem ser considerados na avaliação. No artigo 12, e aqui  
9 foi uma sugestão que recebeu, é que pelo fato de estarem fazendo com métricas diferentes a  
10 avaliação dos gratificados para os não gratificados, não teria necessidade de terem listas  
11 separadas. Se estão falando aqui que são três listas para avaliação horizontal, três listas para  
12 avaliação vertical, e teriam mais quatro listas com pessoal com gratificação, teriam dez listas  
13 para poder administrar, e isso poderia gerar algum problema. Portanto, a sua sugestão, em vez  
14 de terem essas dez listas, é terem seis listas, e como o pessoal gratificado já tem uma avaliação  
15 com algumas competências diferentes sendo avaliadas, eles já estariam sendo contemplados de  
16 maneira diferente. No artigo 7º, há a questão de que como não têm ainda avaliação de  
17 desempenho, o relatório vai ser validado pela chefia imediata, e faz uma pergunta que lhe surgiu  
18 na avaliação anterior, de como vão lidar no caso de a chefia também estar participando do  
19 processo de avaliação. Não sabe a resposta, mas é um item que precisam deixar de sobreaviso,  
20 que precisam estudar, talvez arrumar uma instrução normativa da DGRH para poder tentar  
21 resolver essa questão. No caso da Deliberação CAD-A-005/2019, algumas coisas se repetem,  
22 no caso do artigo 4º, que já mencionou, sobre o interstício; no artigo 7º, fez uma pequena  
23 sugestão de alteração: “Antes da análise das inscrições, caberá à CSARH a indicação da  
24 comissão de avaliação pela direção da unidade”, e alterou para: “Antes do início do recebimento  
25 das inscrições”, porque assim já conseguem diminuir qualquer tipo de interferência ou uma  
26 formação de uma comissão que possa ajudar ou denegrir determinado servidor. No artigo 7º,  
27 “A comissão de avaliação deverá conter ao menos um membro titular externo à unidade/órgão”,  
28 fez um apêndice: “um membro titular externo da unidade órgão e CSAs”. Porque algumas CSAs  
29 possuem três ou quatro órgãos, são CSAs menores, e precisa de alguém de fora da CSA também  
30 para poder avaliar. E “a comissão de avaliação deverá conter ao menos um membro  
31 representante em cada tipo de funcionário”, que é o que já relatou nos exemplos da Deliberação  
32 CAD-A-009/2018. Aqui também faz o adendo da questão dos certificados, que eles “devem”  
33 ser considerados, não “podem”. O artigo 15, “Será assegurada a cada CSARH no mínimo uma  
34 promoção indicada pela congregação ou instância”. Faz um apêndice aqui: “equivalente para  
35 cada uma das listas de classificação, segmento fundamental, médio ou superior” e aqui só faria  
36 as seis listas, não as dez listas propostas inicialmente, e adicionaria um parágrafo: “Poderá ser  
37 estabelecido fator de correção na distribuição de recursos com a finalidade de equilibrar a  
38 quantidade de servidores nos diversos níveis da carreira, nas diferentes unidades e órgãos”. Há  
39 algumas unidades que são muito novas, e o corpo funcional delas também ele é muito novo, ele  
40 também está na base. Por exemplo, a FCF tem 86% dos seus funcionários na base da carreira,

1 a FCA 80%, e algumas outras unidades bem novas tem uma equivalência, enquanto a FEM, por  
2 exemplo, quase 30% só de funcionários na base. Então quando distribuem simplesmente só por  
3 questão salarial, por percentual salarial das unidades, continuam injetando mais recursos  
4 naquelas unidades que já têm pessoas mais avançadas na carreira, e injeta menos recursos  
5 naquelas unidades que ainda estão no início da carreira. E na disposição transitória, artigo 1º,  
6 há alguma reivindicação de alguns servidores, de eliminar a validação da chefia, que é aquilo  
7 que falou antes, de a chefia validar a avaliação, e no caso de não eliminar, como farão com as  
8 pessoas que tiveram mudança de lotação recente. Uma conhecida sua saiu da Educorp e foi para  
9 o HC. Supondo que o processo de avaliação começasse agora, pergunta por quem seria validado  
10 o relatório dela, se pela chefia nova ou pela chefia anterior. E qual seria essa linha de corte que  
11 fariam, de seis meses, de um ano, quem tem condição de fazer essa avaliação e como é que fica  
12 o recurso, se ele sai da CSA anterior ou vai sair da CSA nova, se vai ser uma transposição de  
13 recurso. Então, acha que seriam coisas que deveriam olhar com cuidado. Uma coisa muito  
14 importante que já acontece entre os docentes é avaliação dos títulos, mas que não acontece  
15 dentro da carreira dos funcionários. E então há uma discussão, que não é nova, de dizer que não  
16 é possível fazer avaliação de títulos ou mudar de segmento dentro da mesma carreira. Solicita  
17 esclarecimento porque tanto no relatório dos GTs, quanto nas comissões anteriores que foram  
18 feitas, foi dito que isso é um procedimento que não é legal, então gostaria de um esclarecimento  
19 da doutora Fernanda para poder explicitar melhor isso, como é que fica, porque não se pode, se  
20 é uma legislação ou se é um parecer, ou um entendimento da própria PG, porque há muitos  
21 funcionários que têm ensino superior, estão no nível médio, atuam com atividades de ensino  
22 superior, mas eles não podem progredir na carreira, estão batendo no teto do ensino médio. Há  
23 também alguns servidores que relataram que antes da mudança da carreira, eles estavam no 6-  
24 1 e com a mudança da carreira eles desceram de novo para o médio, porque o concurso deles  
25 era nível médio. Então, assim, saber como é que resolvem essas questões de pessoas que ficaram  
26 com essa pendência. Acha que há muitas revisões para fazer nos próximos ciclos, mas é a favor  
27 de não parar o que está sendo feito, e aos poucos fazerem os novos incrementos. O  
28 MAGNÍFICO REITOR solicita aos que acompanharam bem a formulação dos GTs que se  
29 atentem a essas questões que o senhor Matheus levantou, porque em algum momento terão de  
30 discutir os itens separadamente. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU inicia  
31 parabenizando o trabalho do GT, sabem como é difícil conciliar e aprimorar instrumentos  
32 importantes, estratégicos para a Universidade. O professor Pascoal esteve nos vários GTs, desde  
33 a concepção das ideias iniciais, então parabeniza essa etapa de aprimoramento. Concorda com  
34 várias afirmações que já faziam na época em que a carreira teve de ser modificada. Concorda  
35 com o senhor Adilton, já falavam isso naquela época, que carreira só realmente se estabelece e  
36 dá certo se tiver injeção de recursos, então entendendo que há possibilidade de fazer injeção de  
37 recursos, é um momento importante para notar que dá para fazer esses aperfeiçoamentos.  
38 Naquela época, muito inspirados na transparência de níveis da carreira docente, havia um pleito  
39 dos funcionários de que os seus níveis de carreira fossem também transparentes quanto aos  
40 requisitos, quanto aos níveis de complexidade. Acha que venceram essa etapa, mas sabiam que

1 a parte também de considerar uma progressão horizontal, ou seja, aquele que vai ter o  
2 reconhecimento de um trabalho bem executado, mas sem aumento do nível de complexidade,  
3 teria de ocorrer. Já inaugurou aquela época sabendo que aprimoramento devia ser feito.  
4 Reconheciam que não estava ótimo, mas que precisavam rodar a carreira. Fica muito satisfeita  
5 em ver que esse aprimoramento está indo na direção do que realmente viam. O senhor Adilton  
6 colocou muito bem aqui a questão do interstício, e naquela época foi solicitado que não  
7 houvesse interstício porque era necessário o espalhamento, devido ao achatamento por causa  
8 da questão da isonomia do piso. Então houve um problema seríssimo de achatamento e  
9 entendem todos os motivos. E já defende aqui por antecipação que também não vai estar ótimo  
10 aqui nesse momento, porque fizeram um *survey* muito extenso, e brincavam que havia temáticas  
11 em que iriam desagradar de qualquer jeito. O survey dividia a população de funcionários em  
12 50% e 50% de opinião, então dizia que é um tema que desagradaria metade da população de  
13 funcionários Paepe. Resgatará um pouco desses temas: um deles é a questão do título, que é  
14 muito controversa, porque além de ter o impedimento legal, de que se a pessoa tem nível  
15 superior não pode se candidatar, legalmente ela pode, mas não pode entrar em um concurso de  
16 nível fundamental e depois dizer que possui um nível superior e mais competência do que  
17 aquele cargo que pleiteava exige. Além dessas amarras legais, há também esses pleitos  
18 específicos; lembra que a questão de considerar ou não o tempo de Universidade era outra coisa  
19 controversa, e a questão se injetavam recurso para espalhamento ou para fazer as progressões.  
20 Então, antecipa para o público geral que é um assunto que sabem que se tiver o mínimo de  
21 convergência de que é um aprimoramento, já é um grande ganho, porque há itens que são muito  
22 polêmicos ainda dentro do próprio público Paepe. Vê com muita satisfação a inserção dos níveis  
23 horizontais, todos sabem que do ponto de vista de sustentabilidade, do ponto de vista até  
24 político, da satisfação dos colaboradores, uma carreira que permite só progressão de 10% não  
25 vai ser sustentável. Então os níveis horizontais vão permitir essa rotação também. Vão muito  
26 na direção dos incisos iniciais que o senhor Matheus falou, que é a homogeneização de critérios  
27 que vai ser mais conseguida, a transparência, então acha que isso tudo é uma evolução. Só  
28 devem tomar muito cuidado com as alterações que possam aqui colocar, podem ser para um  
29 melhor esclarecimento, mas para aquelas que embutem essa polêmica que acabou de falar, não  
30 podem se esquecer que já passaram por um amplo trabalho de GT, por várias discussões na  
31 CIDF, então faria um alerta de que fossem muito cuidadosos nessas proposituras e nessas  
32 considerações. No mais, acha que é um importante passo, novamente parabeniza o professor  
33 Pascoal e o professor Fernando Sarti, que levaram dessa forma. Diziam em algum momento, o  
34 professor Pascoal e o senhor Adilton se lembram, que carreira não podia ser um programa de  
35 gestão, de forma nenhuma, é um programa da Universidade, e acha que assim está sendo feito,  
36 então manifesta o seu apoio. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI agradece muito  
37 o trabalho feito pelo professor Pascoal, essa minuta que foi preparada. Todos sabem da  
38 complexidade da carreira Paepe, e esse anseio de que avancem no assunto sem acabar com  
39 aquilo que já foi feito, que sempre deem passos para a frente. Acha que isso está sendo feito.  
40 Agradece também a todas as pessoas que o professor Pascoal nominou no início da sua

1 apresentação. Esse GT tinha prioritariamente funcionários, porque eles entendem da sua  
2 carreira e dos seus anseios. Então dá os parabéns, e o que vai comentar aqui, em hipótese alguma  
3 é para retardar o processo, porque de acordo com o que o professor Pascoal falou, é importante  
4 já iniciar o processo, para que possam atendê-los o mais rápido possível. Sua fala vai no sentido  
5 do que disse o professor Pascoal, que esse instrumento tem de ser constantemente aperfeiçoado.  
6 Vários itens que tinha anotado foram comentados pelo senhor Matheus, e acha que alguns  
7 funcionários entraram em contato com ele, então agradece ao senhor Matheus, que fez uma  
8 apresentação muito mais detalhada do que iria comentar, então não vai entrar em detalhes. Um  
9 item que observa está no artigo 10 da deliberação CAD de 2018, que se refere à composição  
10 desta comissão de avaliação, que obriga a ter um membro da CSA. A questão que colocaram  
11 foi que se os membros da sua CSA não passaram por um processo de avaliação, eles não vão  
12 poder passar por esse processo de avaliação porque eles vão ter um conflito de interesse. Então  
13 a obrigatoriedade de ter um membro da CSA nessa comissão talvez vá impedir que algum  
14 funcionário que está sem progressão na carreira possa participar do processo de seleção. Deseja  
15 entender um pouco dessa validação, se vai ser feita pela chefia imediata, por algum tipo de  
16 conflito de interesses também nesse tipo de atividade. E do interstício, o senhor Matheus  
17 comentou isso e a FCA também, a preocupação do interstício era exatamente de que  
18 dependendo da época em que isso acontecesse, podia fazer com que algum funcionário ficasse  
19 um tempo a mais sem ter chance de progredir na carreira. Então, talvez três anos ou dois ciclos  
20 de progressão possam contemplar essa situação, porque pode ser que mudando a gestão não  
21 tenham um ciclo no mesmo período, e isso pode dificultar as coisas. E a última coisa, como o  
22 senhor Matheus citou, é uma preocupação da FCA, inclusive conversaram com os professores  
23 Antônio José e Fernando Sarti, a distribuição dos funcionários Paepe nos perfis da carreira. Foi  
24 demonstrado que em média 70% dos funcionários está na fase inicial da carreira, mas quando  
25 olham todas as unidades e alguns órgãos, veem que existe um percentual grande de unidades  
26 que estão em 70%, 80% ou mais; no caso da FCF, 86% está no nível inicial da carreira, tanto  
27 médio quanto superior e fundamental. E em analogia ao que fazem para a carreira docente, e  
28 esse movimento super bem-vindo que estão fazendo, de tentar tirar esse estoque de docentes no  
29 início da carreira e movimentá-lo, também acha que seria importante que isso em algum  
30 momento seja pensado, para que essas unidades possam fazer essa transição de maneira um  
31 pouco mais rápida, e não depender somente de ciclos de aposentadorias, contratações para que  
32 possam mudar isso. Então seria muito importante ter isso no desenrolar do aperfeiçoamento  
33 desses instrumentos no futuro. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO parabeniza o  
34 professor Pascoal e equipe por todo o trabalho. Pergunta como o senhor Reitor vai fazer com  
35 todos esses itens que o senhor Matheus trouxe agora, como isso será votado. Por exemplo, ele  
36 coloca que a definição dos membros deve ser antes das inscrições, mas se fizerem isso, pergunta  
37 como vão saber, se indicam uma pessoa, ela faz inscrição, e precisam indicar novamente outra  
38 pessoa. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE reafirma que o texto, da forma como está  
39 colocado na pauta, é fruto de ampla discussão com a comunidade. Houve participação das  
40 CSARHs, que tiveram a oportunidade de participar, deram sugestões boas que melhoraram o

1 trabalho inicial do GT, foram contempladas, as pessoas foram ouvidas, houve uma ampla  
2 discussão, e isso é fruto de um acordo coletivo. O adendo do relatório mostra isso. Não  
3 conseguirão uma deliberação CAD tratando de carreira de progressão que agrada 100% da  
4 comunidade Paepe, a professora Marisa colocou bem isso, assim como o professor Fernando  
5 Sarti colocou isso na intervenção inicial dele. Na CIDF, quase tudo que o senhor Matheus  
6 coloca aqui ou foi esgotado na discussão prévia com as CSARHs, ou foi esgotado na discussão  
7 na CIDF. Cada artigo que está colocado na minuta de alteração da Deliberação CAD-A-  
8 009/2018 e na nova redação da Deliberação CAD-A-005/19 é fruto de ampla discussão e passou  
9 pelo crivo da CIDF. Quase tudo foi votado por unanimidade, e quando não, houve ampla  
10 maioria. Nada do que foi colocado é novidade. Não concorda em 100% com a forma como está  
11 colocada a redação, mas respeita porque a ampla maioria, quando não a unanimidade, aprovou  
12 a forma como está aqui agora. Se fazem aqui algum tipo de alteração, que já foi discutida e foi  
13 vencida na CIDF, fica complicado. A questão que foi colocada mais uma vez, de que a grande  
14 maioria dos Paepes estão nos níveis iniciais da carreira, também não é novidade para ninguém,  
15 sabem o porquê disso, tanto que a ideia inicial do relatório circunstanciado não era avaliar  
16 desempenho, era fazer o espalhamento desde que a pessoa comprovasse o mérito e provasse no  
17 relatório circunstanciado que ela estava em um nível acima do que ela está hoje. Inclusive tem  
18 mecanismo para resolver isso, a progressão na horizontal com salto maior dá conta de fazer  
19 isso, desde que haja progressão todo ano. A questão da distribuição de recurso nunca foi  
20 novidade aqui, e não acha que será diferente disso. Ela sempre foi proporcional ao tamanho da  
21 folha da CSA. Quando fala de pouco recurso em 2019, que teve uma ou duas unidades, que são  
22 pequenas, que não tiveram recurso para dar conta de fazer uma progressão horizontal, todos  
23 sabiam disso e havia mecanismos para resolver isso, tanto que fizeram suplementação de  
24 recurso. Mas não podem comparar o recurso que foi colocado em 2019 com a projeção que tem  
25 para 2022, é bem diferente o volume de recursos, de modo que ele sempre foi proporcional ao  
26 tamanho da folha da CSA. Para encerrar, observa que carreira é trajetória. No nível superior,  
27 por exemplo, existem cinco níveis, a porta de entrada é o nível 1. E conforme a pessoa vai  
28 comprovando mérito, salta do 1 para o 2, do 2 para o 3, mas isso é trajetória, leva anos. Em que  
29 pese a questão do achatamento, que precisam de espalhamento, e têm aqui mecanismo para  
30 fazer espalhamento. Mas isso não acontece do dia para a noite, isso acontece desde que tenham  
31 injeção de recursos anualmente na carreira e que rodem a carreira todo ano. Então, tem uma  
32 certa preocupação com alterações; ele próprio fez propostas na CIDF que foram vencidas, não  
33 tem acordo com tudo o que está no texto, mas respeita o que determinou a ampla maioria. A  
34 questão do segmento, como já falou, se a PG acha que deve fazer alguma intervenção, é a  
35 critério dela. Tem clareza do assunto. E a questão da redação do interstício, vai pedir ajuda dos  
36 professores Pascoal e Marisa, pois não tem clareza agora se da forma como foi proposto é  
37 melhor do que a ideia inicial, que não é 100% da forma como pensa. O problema no  
38 estabelecimento de interstício é que tiveram buraco em 2020 e 2021, e se não fosse isso, estaria  
39 claro para todos. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS agradece por  
40 todas as considerações que ouviu, inclusive as do senhor Adilton, mas observa que as sugestões

1 não foram feitas somente por ele. Recebeu uma série de *e-mails* e informações via WhatsApp,  
2 então tentou fazer um apanhado, muitas delas já tratou, algumas alterações achou que não  
3 caberiam, que iriam alterar o processo. Como sugestões foram feitas, acha que algumas têm de  
4 ser consideradas e ir para votação, como foi para a votação na CIDF, nas CSAs etc. Quando  
5 sugeriu a mudança de redação do interstício, e também pede ajuda para os professores Pascoal  
6 e Marisa, não é para retirar o interstício, mas realmente é para colocar o interstício de uma outra  
7 forma. Do jeito que está escrita a redação inicial, tem de considerar a partir do momento que a  
8 pessoa passa a ganhar a nova referência. Então se a pessoa passa a ganhar nova referência e se  
9 adotarem o processo de 2019, por exemplo, ela só vai ganhar a próxima referência em janeiro  
10 do ano seguinte, e ela terá de esperar mais três anos para submeter um novo processo, só 2024,  
11 então ela vai levar quatro anos, quatro ciclos sendo considerados. É a favor do interstício, mas  
12 precisam considerar que a redação precisa de uma pequena correção, e algumas coisas que  
13 sugeriu são correção de redação. Nada contra tudo aquilo que foi aprovado, pelo contrário,  
14 sempre acredita que tudo feito de forma coletivo é melhor do que aquilo que é feito no  
15 individual, mas são sugestões novas que está colocando para a comunidade. A Doutora  
16 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz, esclarecendo ao conselheiro Matheus,  
17 que a posição de inviabilidade ou impossibilidade de mudança de segmento na carreira é um  
18 entendimento já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive sumulado. Tem várias  
19 ADIs já que trataram do assunto, então não é possível, salvo o novo concurso público, alguém  
20 ingressar em uma outra função de um outro segmento ou cargo. Inclusive a Unicamp já foi  
21 demandada em uma ação civil pública, perdeu a ação e existe uma multa para qualquer mudança  
22 de segmento que ela fizer. Então isso realmente não é possível. O MAGNÍFICO REITOR diz  
23 que fica claro então que não há nenhuma má vontade da Universidade. Isso é impossível. A  
24 pessoa para entrar em qualquer nível diferente daquele em que ela está tem de prestar um novo  
25 concurso. Se ela tem curso superior e está no médio, ela vai ter de prestar um concurso para  
26 superior se ela quiser essa mudança de nível. Possuem aqui um dilema, que terão de resolver:  
27 podem ir votando item a item, e além da dificuldade que eventualmente criem problemas de  
28 conflito entre um item e outro, estariam dando menos importância a todo um processo em que  
29 isso foi discutido e foi gerado um certo grau de harmonia na norma. Por outro lado, também  
30 tem uma preocupação, no caso do interstício, que é a seguinte: se de fato vão entrar, e é esse o  
31 compromisso da Administração, em uma rota em que todos os anos haverá progressão e que  
32 vão aprimorar esse processo ao longo do tempo, provavelmente voltarão a discutir essas normas  
33 à luz do que ocorrer na progressão de 2022. Então sugere que localizem, entre todos esses  
34 tópicos que foram levantados, aqueles que de fato têm uma importância para o futuro imediato.  
35 Se o interstício só vai afetar 2023, podem resolver isso em 2022. Solicita ajuda dos professores  
36 Pascoal e Fernando na condução, fazendo algum comentário em relação a isso, porque o  
37 problema é que possuem basicamente duas alternativas: o senhor Matheus sugeriu em relação  
38 à Deliberação CAD-A009/2018 mudanças no artigo 7º, 9º, 10º, 11 e 12º, então são cinco artigos,  
39 e na Deliberação CAD-A005/2019 foram também três artigos e disposição transitória, se não  
40 está enganado. Então, ou terão de votar item a item, ou votam as deliberações como elas estão,

1 ou tentam localizar aquilo que é de fato crucial para o futuro imediato, e destacam isso. Tem a  
2 preocupação de valorizar todo esse procedimento feito, que passou por várias instâncias que  
3 foram selecionando isso. Se essas questões, em grande parte, foram contempladas nas instâncias  
4 anteriores, preferia a votação completa da norma, mas precisa ouvir um pouco das pessoas que  
5 conduziram o processo. O Professor PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO agradece ao  
6 senhor Matheus pelas observações, e diz que ao longo da trajetória perceberam que as pessoas  
7 que vão se manifestar ao lerem esse documento são aquelas que não se sentiram contempladas  
8 por algum daqueles pontos que estão ali. E todas as outras se sentiram contempladas, que  
9 participaram ao longo do processo não se manifestaram. Dificilmente ele vai receber uma  
10 observação dizendo: “Eu sou completamente a favor do texto como está”. Então, nesse final do  
11 processo, depois de um ano e meio de discussão, essas observações que aparecem são das  
12 pessoas que não se sentiram contempladas, enquanto o silêncio pode ser a grande maioria. O  
13 exemplo do interstício, que o professor Antonio José bem colocou, parece-lhe que pode ser  
14 discutido *a posteriori*, podem anotar qual é a posição, rodar o processo e ver o que aconteceu.  
15 É muito melhor do que mudar neste momento. Se ele acompanhar o desenvolvimento do  
16 assunto, verá que inicialmente eram três anos de interstício. Depois da primeira conversa,  
17 pensou-se em cinco anos, pensou-se em quatro anos, apareceram então os dois processos e os  
18 três anos, justamente da maneira que está escrito mesmo, é para demorar quatro anos mesmo.  
19 A leitura do senhor Matheus é perfeita, foi a proposta e foi votada assim. Então o preocupa  
20 alterar isso agora. É claro que a CAD é soberana, está aqui como convidado, mas é sua  
21 obrigação resgatar esse histórico. Se optarem por fazer essa modificação agora, estarão  
22 desprezando toda essa discussão anterior, e essas pessoas ficaram em silêncio agora porque elas  
23 estão contempladas pela redação que aí está. Então lhe parece mais oportuno registrar essa  
24 solicitação para uma verificação posterior, não alterar neste momento. É a sua opinião, e acha  
25 que representa aqui, não sabe se o senhor Adilton concorda, o que foi discutido na CIDF e no  
26 GT. O mesmo poderia dizer de quase todas as observações. Por exemplo, a sugestão de separar  
27 a lista de gratificados e não gratificados, isso, por exemplo, é uma modificação bastante  
28 significativa, que vai de encontro ao desejo de muitas pessoas de não terem essa lista unificada.  
29 Vai contra isso. Muitos não gostariam de estar na mesma lista o gestor do seu supervisionado,  
30 e o supervisionado do seu gestor. Eles pediram para estarem em listas separadas e serem  
31 avaliados de forma separadas, e a obrigação da congregação depois unificar isso e deixar claro  
32 como ela vai modificar. Então, ao alterar isso agora, apesar de estar trazendo uma manifestação,  
33 está indo contra inúmeras manifestações ao contrário, que não aconteceram nesse momento  
34 porque já estão contempladas no texto. Então esse é o perigo de alterar algo neste momento.  
35 Por isso sugere que fiquem registradas na CAD as sugestões do conselheiro Matheus para que  
36 isso seja avaliado na revisão, e veem o que vai acontecer. Rodam da forma como a maioria  
37 entendeu, já aprovada na CIDF, neste momento, registrando as observações dos conselheiros.  
38 Em relação aos títulos, como a professora Marisa e o senhor Adilton lembraram, é um vaivém  
39 de opiniões. Mas acha que encontraram a solução, e vai explicar o porquê. Como a unidade, ou  
40 instância equivalente, vai ter de divulgar o critério e a congregação vai aprovar, se uma

1 unidade/órgão julga o título como o senhor Matheus imaginou, basta ela exemplificar no critério  
2 como uma métrica, ela pode aprovar. Mas, quando colocam o “deve”, obrigam todos a  
3 considerarem o título, sendo que uma parte acha que não deve diretamente considerar o título  
4 se ele não tem resultado na melhoria da *performance*. Do jeito que está, possibilita as duas  
5 interpretações. O “pode” permite que ao divulgar se torne “deve”, o contrário você coloca uma  
6 obrigatoriedade que pode não ser o desejo de uma instância ou órgão. Então do jeito que está  
7 contempla o que senhor Matheus gostaria que acontecesse, na sua opinião, e esse foi o  
8 entendimento quando discutiram. Um ponto que o conselheiro colocou e que acha que o GT  
9 não se opõe, é que para uma determinada CSA deve ser garantida uma promoção por segmento.  
10 Não vê nenhum impedimento nisso, isso é simplesmente uma questão de distribuição de  
11 recurso. O que colocaram naquele momento é que imaginam que uma determinada CSA poderia  
12 ser tão pequena que a folha de pagamento dela só geraria uma promoção. Mas, como é “no  
13 mínimo”, não tem nenhum problema essa alteração proposta. Todas as outras tem receio de que  
14 vão contra algum dos pontos que já foram discutidos anteriormente. Então, se puder sugerir  
15 algo à CAD, sugere que elas sejam tratadas como possibilidades de revisão no futuro e que o  
16 instrumento seja aprovado como proposto, a não ser essa alteração, que não tem nenhum efeito  
17 dramático nas discussões anteriores. Essas seriam suas sugestões de encaminhamento, mas é  
18 claro que está aqui representando o que foi discutido anteriormente, e obviamente a CAD é  
19 soberana. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que todas as considerações são bastante  
20 pertinentes, elas contribuem para o aperfeiçoamento do processo avaliatório. A questão que está  
21 aqui colocada é quando. Sente-se bastante contemplado pelas falas do professor Pascoal, do  
22 senhor Adilton, da professora Marisa, no sentido de que todas essas revisões, essas melhorias,  
23 podem ser feitas posteriormente. Já possuem um instrumento bastante adequado para  
24 realizarem essa rodada, essa progressão, construirão com isso uma curva de aprendizado  
25 importante ao longo de 2021, já no segundo semestre, na rodada de 2022, e muitas dessas  
26 questões que foram levantadas, sobretudo aqui pelo senhor Matheus, poderão vir a ser  
27 incorporadas mais à frente. Até na linha do que defendeu o professor Pascoal da questão que  
28 acha que é a legitimidade e a validação. Qualquer mudança mais importante aqui, diria até  
29 radical em alguns desses itens sugeridos, deveria voltar para discussão nas CSAs, na CIDF, que  
30 acha que não é o entendimento aqui da CAD. Entende a preocupação, as considerações, as  
31 contribuições que chegaram, mas sua sugestão é que aprovem o instrumento como está, vão  
32 rodar com esses instrumentos que não são perfeitos, não são ainda os ideais, mas que os  
33 permitem ir aperfeiçoando em sucessivas rodadas. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO  
34 primeiramente parabeniza o professor Pascoal, os demais membros do GT pela proposta, e  
35 também considera que precisam ter um instrumento para poder retomar as progressões na  
36 Carreira Paepe. Acha que o trabalho foi bastante discutido de fato com a comunidade dos  
37 funcionários, e solicitou a palavra para registrar o pedido de alguns servidores do Cofil,  
38 inclusive membros da CSARH que reconhecem o trabalho, a oportunidade que eles tiveram de  
39 construir a proposta. No entanto, alguns que estão acompanhando a transmissão da CAD  
40 entraram em contato com ele, um tanto incomodados com o fato de a proposta não ter retornado

1 para a CSA para eles poderem validar a proposta. Segundo a CSA, isso tinha sido acordado  
2 inicialmente, no início dos trabalhos. Está apenas registrando, mas reforçando que eles veem a  
3 proposta com muitos bons olhos, acha que ela foi construída conjuntamente, e entende que têm  
4 de ser retomadas as progressões, e isso passa pela aprovação deste instrumento. O Conselheiro  
5 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS agradece aos professores Pascoal e Sarti  
6 pelas observações. Realmente precisava trazer essas considerações que chegaram a ele e que  
7 considera válidas; acha que precisam deixar registrado justamente para poder ter uma próxima  
8 rodada de discussão. Entende que algumas não conseguiriam colocar em vigor agora nesta  
9 rodada, como a questão do interstício, que acha que realmente precisa ser validada. A carreira  
10 precisa amadurecer, sem o amadurecimento da carreira não podem saber o que precisa ou não  
11 ser alterado. Mas há dois pontos que ainda insistiria para que votassem, porque acha que  
12 impactam diretamente agora neste novo ciclo: um é do artigo 10 da Deliberação CAD-A-  
13 009/2018, a inclusão de um parágrafo para vedar um membro com algum parentesco na  
14 comissão de avaliação, e um outro parágrafo pedindo para colocar pelo menos um profissional  
15 de cada área nessa comissão de avaliação, para que possam ter uma equanimidade na avaliação.  
16 E coloca a questão para reflexão de como vão fazer caso tenham uma chefia imediata  
17 participando do processo avaliatório e ela precisar dar um parecer sobre um subordinado dela,  
18 ambos podem ter GR, ambos podem não ter GR, como vão lidar com isso, porque ela também  
19 faz parte, ela é interessada no processo. O MAGNÍFICO REITOR pergunta aos membros do  
20 GT no caso o professor Pascoal e o senhor Adilton, se eles veem algum problema grave em  
21 termos de conflito com o restante. Se não virem, colocam em votação tudo, exceto esses dois  
22 itens, o senhor Matheus apresenta esses dois itens novamente e os votam separadamente. Acha  
23 que essa é uma possibilidade de condução. Se acham que tem algum conflito mais grave, terão  
24 de proceder de outro jeito, tudo ou nada. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que  
25 várias coisas que foram colocadas aí, inclusive por professores, são questões de execução. Já  
26 viveram isso em várias outras rodadas de carreira, na deliberação CAD não dá para colocar  
27 tudo. Sempre carece de instrução normativa da DGRH, e quando é questão de execução, quem  
28 executa o processo, a dona do processo é a DGRH. Acha que esses dois pontos que o senhor  
29 Matheus coloca não são irrelevantes, concorda com o que ele coloca, mas acredita que  
30 conseguem resolver e contemplar isso via instrução normativa da DGRH. Tem várias outras  
31 coisas para as quais precisam de instrução normativa, mas para ele já está implícito no processo  
32 que depois de uma aprovação de uma deliberação CAD que trata de carreira e de progressão,  
33 sempre careceu, e essa também carece de instrução normativa da DGRH. O Professor  
34 PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO concorda plenamente com o Adilton, acha que os dois  
35 se tratam de instrução normativa, mais de procedimento do que de deliberação CAD. Já  
36 esclarecendo ao senhor Matheus, que do jeito que está escrito não impede isso. Se um  
37 determinado órgão ou instância equivalente deseja colocar na sua comissão funcionários  
38 distribuídos de acordo com a função, ela pode, ela vai indicar e vai ser aprovado na instância  
39 equivalente. Por outro lado, se obrigam, pode ter uma determinada CSA de um órgão pequeno  
40 que não consegue cumprir. Então quando amarram isso, criam mais problemas do que soluções,

1 sendo que a unidade que quer fazer assim ela consegue, não há nenhum impedimento. A  
2 validação surgiu da ideia de ter uma avaliação de desempenho, a avaliação de desempenho é  
3 diferente de mudança de complexidade; na avaliação de desempenho, a pessoa descreve como  
4 ela está desempenhando e a comissão pode pedir para que seja validado. No caso de uma  
5 exceção, que é o que o conselheiro Matheus está colocando, ou seja, não tem o superior imediato  
6 porque ele tem conflito de interesse, é o caso de uma instrução normativa. Do mesmo jeito que  
7 quando em 2019 toda CSA estava participando no processo de progressão, e houve uma solução  
8 excepcional, só que essa solução excepcional não estava escrita na deliberação CAD, estava  
9 tratada na instrução normativa. Então sua sugestão é que esses detalhes fiquem registrados e  
10 sejam tratados, como o senhor Adilton colocou, por uma instrução normativa. O MAGNÍFICO  
11 REITOR observa que o professor Pascoal tocou no ponto sobre conflito de interesses. No caso  
12 dos concursos dos docentes, isso foi regulado também *a posteriori*. Então é possível fazer isso.  
13 De toda forma, o conselheiro Matheus documentou os problemas potenciais, e pergunta se ele  
14 ficaria satisfeito se fizessem a votação em bloco, garantindo na ata e na continuidade futura do  
15 processo que esses pontos estão documentados e devem ser considerados. Se ele se sentir  
16 satisfeito, colocaria em votação a norma como um todo. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA  
17 MARCHETI MARTINS responde que se sente satisfeito, desde que isso seja registrado, que  
18 venham as instruções normativas e sejam considerados esses pontos em uma próxima revisão  
19 da carreira. O MAGNÍFICO REITOR solicita que o senhor Matheus encaminhe à Secretaria  
20 Geral a apresentação que fez, que está bastante detalhada, de forma que isso fique, de alguma  
21 forma, documentado no próprio processo dessa reunião. Não havendo mais observações,  
22 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Aprovadas então as  
23 modificações, podem dar início à parte que não envolve o orçamento diretamente dos processos  
24 de progressão, a preparação para esses processos, para que eles ocorram com a liberação de  
25 recursos logo no início de 2022. Documenta que o conselheiro Matheus fez várias sugestões  
26 que serão consideradas, seja na implementação, seja na reavaliação a partir da experiência do  
27 ano que vem. Vão entrar nessa rota de estar permanentemente aperfeiçoando os processos de  
28 progressão e garantindo a sua continuidade. É esse o compromisso como gestão. Agradece  
29 muito ao professor Pascoal, aos senhores Adilton, Matheus, professora Marisa, às pessoas que  
30 colaboraram no desenvolvimento disso, ao professor Sarti, que vai fazer dessa aprovação algo  
31 que vai ter impacto na próxima semana nas decisões que vão tomar no Consu em relação às  
32 progressões. Essas palavras já foram usadas aqui, mas ressalta que precisam transformar isso  
33 em um programa da Universidade, e não da gestão, para que possam ir aperfeiçoando. E tem  
34 uma curva de aprendizado, acha que é assim que vão diminuindo os conflitos e aprendendo  
35 com os pequenos equívocos que inevitavelmente cometem. Vai encerrar essa parte de manhã  
36 da reunião agora, pediu que a reunião fosse adiantada para as 10h30, acabaram começando um  
37 pouco antes das 11h, porque tem uma reunião que não poderá deixar de comparecer à tarde, e  
38 ela é em São Paulo, então vai interromper agora, e voltariam para discutir a reunião  
39 orçamentária às 14h, sendo a professora Maria Luiza quem presidirá a reunião. Reiniciando a  
40 Sessão, assume a presidência dos trabalhos a Coordenadora Geral da Universidade, Conselheira

1 MARIA LUIZA MORETTI, que passa ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-  
2 P-19600/2020 –, que trata da segunda revisão do orçamento 2021, com demonstrativo de  
3 receitas e despesas. Solicita ao professor Fernando Sarti que apresente a revisão orçamentária  
4 e o demonstrativo de receita e despesa. O Conselheiro FERNANDO SARTI chama a atenção  
5 para alguns pontos: quando da primeira revisão orçamentária, assumiram aqui o compromisso  
6 de, dentro do possível, antecipar a segunda revisão assim que os números do segundo trimestre  
7 estivessem disponíveis e do primeiro semestre estivessem fechados. E se já houvesse também  
8 uma nova previsão ou manifestação da Secretaria de Fazenda sobre as novas previsões de  
9 arrecadação. Como as duas situações se colocaram, realizaram então essa segunda revisão  
10 orçamentária. Já adianta alguns números que o senhor Thiago vai detalhar, para terem uma  
11 ideia: a previsão da Secretaria no início do ano era de uma arrecadação total para São Paulo,  
12 sobre a base que incide a participação das universidades, a atribuição para as universidades, era  
13 da ordem de R\$116,9 bilhões, que foi alterada para R\$132,8 bilhões, ou seja, uma mudança  
14 bastante significativa, o que já percebiam nos repasses que a Secretaria vinha fazendo mês a  
15 mês à Universidade. Então, desse ponto de vista, na revisão, observam que a receita prevista  
16 para o ano todo salta de R\$2,6 bilhões para R\$2,9 bilhões. Ou seja, uma evolução bastante  
17 significativa. Com isso, o saldo previsto na primeira revisão, que era de um déficit para o ano  
18 de R\$50 milhões, transformou-se em um superávit de R\$250 milhões. Mas acha que esses  
19 números têm de ser interpretados com muita cautela, no sentido de que a evolução positiva da  
20 receita não é acompanhada de uma evolução das despesas, já que as despesas estão represadas  
21 por vários fatores, a começar pela obediência à lei complementar 173, mas também por conta  
22 da própria pandemia, que implicou uma redução de custeio importante para a Universidade.  
23 Então, quando projetam agora a evolução da despesa para o segundo semestre, essa despesa é  
24 superior à despesa observada no primeiro semestre. Incluíram recursos necessários para uma  
25 retomada segura de uma parte das atividades no segundo semestre, bem como também  
26 providenciaram alguns recursos para investimentos, que serão detalhados. Então, olhando para  
27 a previsão do segundo semestre em termos de receita e despesa, o superávit é praticamente zero.  
28 A evolução do segundo semestre é mais realista desse ponto de vista para pensarem no saldo  
29 do que esses R\$250 milhões projetados para o ano como um todo. Passa a palavra para o senhor  
30 Thiago. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que, como o professor Fernando Sarti já  
31 antecipou, na segunda revisão orçamentária, o demonstrativo de receitas e despesas apresenta  
32 um superávit de praticamente R\$250 milhões, quando se considera o total de despesas  
33 aprovadas para o exercício. Esse total de despesas está situado em 93,17% das receitas da  
34 Universidade, e o que causa essa grande mudança realmente são as receitas da Universidade,  
35 que são fortemente alteradas. Se imaginarem desde a proposta orçamentária até este momento,  
36 estão atingindo um crescimento das receitas de 12,64%, o que em números reais é um  
37 crescimento de R\$333 milhões impactando as receitas. O maior impacto é causado pelo  
38 aumento do ICMS, como o professor Fernando já disse; saíram da primeira revisão com  
39 praticamente R\$117 bilhões de arrecadação para o estado, e pula, nesse momento, de acordo  
40 com a previsão da própria Secretaria da Fazenda, para R\$132,6 bilhões. Então, o ICMS de uma

1 revisão para outra tem um crescimento de R\$323 milhões. É fato que já vinham acompanhando  
2 esses dados, e aqui o gráfico apresenta bem, as linhas inferiores são as previsões tanto da  
3 proposta da LOA, como da primeira revisão orçamentária que seguiu o decreto de execução,  
4 mas considerando as arrecadações desde o primeiro trimestre, que se consolidaram no segundo  
5 trimestre, elas estavam muito acima, fato que fazia necessário um acerto das previsões dessa  
6 arrecadação para o exercício. E a linha azul é o acerto dessas revisões mensais baseado no valor  
7 total que lhes é passado pela Secretaria da Fazenda. Chama atenção que apesar de o final do  
8 gráfico pode parecer até um pouco positivo, porque ele está inclinado como um crescimento, a  
9 previsão mensal da Secretaria da Fazenda, que é a linha tracejada, já está maior do que estão  
10 apresentando, então talvez essa curva não esteja exatamente como possa acontecer, como eles  
11 estão imaginando. E a arrecadação de julho, tudo indica que será superior aos valores projetados  
12 já nessa revisão. Então, de qualquer forma entendem que a arrecadação proposta estimada pela  
13 Secretaria da Fazenda faz sentido ser utilizada nesta segunda revisão, porque provavelmente  
14 será um valor próximo do que será realmente arrecadado no ano. E está muito acima da primeira  
15 revisão. Quando pensam em valores reais, usando isso ano a ano, veem que é claro que esse  
16 ano de 2021 tem um grande salto, mas é um crescimento compatível quando voltam a 2019.  
17 Imaginam que esse crescimento aqui a partir de 2019 até 2021 tem uma diferença de 11%, e  
18 dependendo de tudo que já aconteceu, acham que esse número, a arrecadação principalmente,  
19 já voltou em patamares anteriores da crise, até um pouco melhor. Pensando em valores reais no  
20 mês a mês, aquele gráfico que em valores nominais parecia um pouco distorcido o final, aqui  
21 ele já entra mais ou menos no que foram os anos anteriores, com a diferença, é claro, de 2020,  
22 que não dá para ser comparado como base, que é a linha amarela do gráfico, a arrecadação  
23 aparece em valores constantes de serem arrecadados e se realizar até o final do exercício. Essa  
24 foi a apresentação do ICMS. O que também gerou uma melhora nas receitas foram as receitas  
25 próprias da Universidade, onde principalmente na coluna das aplicações financeiras tiveram a  
26 maior diferença dos já apresentados, causado principalmente pelo aumento do saldo financeiro  
27 e também pelos aumentos da taxa básica de juros e inflação no período. Hoje a inflação, a taxa  
28 de juros está em um valor muito superior ao estimado inicialmente, o que dá esse aumento de  
29 praticamente R\$9,3 milhões na rubrica de receita. Aqui é importante citar também que as  
30 doações da pandemia estão praticamente estagnadas, tiveram um leve crescimento frente à  
31 primeira revisão, e essa tendência disso é zerar, não sendo mais uma rubrica importante que  
32 cause alguma diferença dentro do orçamento da Universidade. Entrando nas despesas, informa  
33 que elas estão 4,43% abaixo do estimado na proposta orçamentária, o que dá um valor de menos  
34 R\$125,7 milhões. Entrando nos grupos um a um, no Pessoal, que praticamente mantém o  
35 número da primeira revisão, já deixaram informado que estão incluindo as despesas, não  
36 somente no pessoal, mas em toda a Universidade, considerando o retorno gradativo ao trabalho  
37 presencial, que deve acontecer no segundo semestre. Dessa forma, no Pessoal já existe a  
38 inclusão do retorno do incentivo ao trabalho noturno caso se faça necessário, nesse processo de  
39 retomada. E no restante das despesas já começaram a pensar nesses itens. Em seguida, apresenta  
40 as Sentenças Judiciais, com os mesmos valores das outras revisões. Principalmente em

1 Despesas de Utilidade Pública, e Restaurantes e Transportes, também já aplicaram a  
2 possibilidade do retorno gradual. Observa que na primeira revisão imaginaram que trabalhariam  
3 o primeiro semestre de forma remota, voltando 100% da Universidade no segundo semestre, e  
4 nesta segunda revisão reveem isso para esse retorno gradual, o que faz as despesas de utilidade  
5 pública, principalmente, descenderem até um patamar um pouco menor, mesmo com todas as  
6 aplicações de inflação, de juros. Em Restaurantes e Transportes, transportes praticamente são  
7 os mesmos números, mas restaurante, apesar de o valor final parecer o mesmo, de R\$44,5  
8 milhões na primeira revisão, para R\$44 milhões, aqui já notaram o impacto causado pela  
9 inflação, principalmente nos gêneros alimentícios, nos contratos do Restaurante Universitário,  
10 que apesar da queda imaginada no número de refeições no segundo semestre, os valores ficaram  
11 praticamente os mesmos. Mantendo sem muita alteração, há as Despesas Contratuais. O  
12 aumento apresentado de R\$122 milhões para R\$124,5 milhões nos contratos se deve  
13 principalmente às novas licitações dos serviços de vigilância e limpeza, que tiveram um  
14 acréscimo de R\$2 milhões. O restante das despesas acaba ficando igual, sem grandes alterações.  
15 Dois programas em que acabaram inserindo recursos: nos Programas de Apoio, no PMP, R\$1,5  
16 milhão, e na Manutenção das Atividades Existentes, que é o custeio das unidades, mais 1,850  
17 milhão; nos dois casos, pensando nesse processo de retomada, que talvez cause diversas  
18 despesas extras dentro das unidades de ensino e dos órgãos. Então já estão incluindo esses  
19 recursos para possibilitar que as unidades consigam fazer alguma parte dessas adaptações que  
20 sejam necessárias no segundo semestre. Então esses recursos, tanto do PMP, como os recursos  
21 do Grupo VII, do custeio, após aprovados pelo Consu, já serão disponibilizados às unidades e  
22 distribuídos nos mesmos patamares, na mesma divisão percentual que aconteceu na proposta  
23 orçamentária. Seguindo para os próximos grupos, Projetos Especiais, Grupo VIII, é onde  
24 acontece a maior alteração de recursos, porque além dos que já foram aprovados, R\$8 milhões  
25 de recursos que estavam no Grupo X da lista de projetos aprovados em anos anteriores que  
26 foram executados agora em 2021, já apresenta os R\$10 milhões de recursos suplementares para  
27 a cobertura do déficit do Hospital de Clínicas, e duas novas suplementações. Primeiro, um  
28 programa de retomada segura, no valor de R\$26,5 milhões, que tem a ideia de adaptar a  
29 Universidade de forma geral para os retornos das atividades presenciais. E com isso estão  
30 pensando em uma adaptação mais geral, desde os acréscimos contratuais que venham a ser  
31 necessários, como fretados, limpeza, para adequar os protocolos de segurança, como até obras  
32 de adaptações físicas, obras mais estruturais de equipamento, infraestrutura, e pensando até no  
33 Restaurante Universitário, o que precisa ser feito em termos de adaptação pensando nessa  
34 retomada. Outro item que inserem são R\$20 milhões destinados a atender despesas de obras e  
35 investimentos. Aqui estão fazendo praticamente uma recomposição de recursos que são tratados  
36 pela Depi, que nos últimos anos foram contingenciados ou não foram liberados, e fazem essa  
37 recomposição pensando que atualmente a inflação está impactando fortemente nas obras, então  
38 as novas tomadas de preço estão vindo em valores maiores, quando precisa fazer essa  
39 adequação financeira, os valores estão muito superiores ao que era anteriormente antes da  
40 pandemia. E também porque no momento a Universidade não tem mais recurso para pagar

1 qualquer urgência e emergência que tenha, todos os recursos já estão praticamente destinados,  
2 assim fazem essa suplementação de R\$20 milhões também para obras e investimentos. Apesar  
3 de apresentar junto, são dois programas diferentes, um para ser usado na retomada da  
4 Universidade, e os R\$20 milhões são para ser tratados nas prioridades que já são efetuadas  
5 pela Copei, pela Depi. Seguindo os outros grupos de despesa, em Receita Própria os valores se  
6 mantêm da primeira revisão, lembrando que a queda a primeira revisão é por causa daqueles  
7 recursos condicionados que já não foram mais tratados na primeira revisão, que saiu aquela  
8 despesa. E o Grupo X apresenta uma queda de R\$8,2 milhões, que são os recursos que estavam  
9 planejadas as obras, estavam orçamentadas no Grupo X, mas já foram executadas, já tiveram  
10 sua suplementação. Com isso, os R\$8 milhões saíram daqui e entraram no Grupo VIII, dos  
11 Projetos Especiais. Esse é um panorama geral das despesas apresentadas nessa revisão. Em  
12 seguida, mostrando um pouco até do que o professor Sarti falou no início, apresenta as receitas,  
13 que estão tendo um aumento de R\$333 milhões, o que mostra que essas receitas já voltaram a  
14 patamares pré-pandemia, e nas despesas, apresentam uma redução do que foi orçado  
15 inicialmente, de forma que chegam ao superávit de R\$249,9 milhões para o exercício. Esclarece  
16 que as receitas já se recuperaram, mas as despesas ainda não. Então, além de estarem  
17 trabalhando com uma despesa menor do que estariam trabalhando no 100% presencial, um  
18 número muito aquém do que executaram em 2019, ainda tem todo esse represamento que  
19 aconteceu de despesas, inclusive em razão da lei complementar 173. Então, é muito bom se ver  
20 esse superávit nesta segunda revisão, mas isso indica que no próximo exercício ele não deva  
21 mais acontecer. Outra informação que sempre apresentam é a reserva estratégica da  
22 Universidade: no dia 30 de junho, havia um saldo de R\$ 684 milhões, mostrando como foi a  
23 forte recuperação nesse exercício. Esses foram os dados da segunda revisão orçamentária e  
24 coloca-se à disposição caso haja qualquer dúvida. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que  
25 disponibilizaram também o demonstrativo receita/despesa; na apresentação simplificam,  
26 colocando sempre a comparação do total para 2021 em relação à primeira revisão e a proposta  
27 orçamentária original, mas é possível detalhar um pouco mais essas informações olhando para  
28 as duas colunas, onde consta a despesa já realizada, janeiro/junho, com a estimada para  
29 julho/dezembro, ou seja, do segundo semestre. E embora o total, como bem mostrou o senhor  
30 Thiago, vá mostrando ainda valores inferiores ao total previsto para 2021 em relação à primeira  
31 revisão, quando comparam o primeiro com o segundo semestre, em todos aqueles grupos,  
32 utilidade pública, restaurantes e transportes, despesas contratuais, observam um segundo  
33 semestre com uma estimativa de despesas superiores à do primeiro semestre. A Conselheira  
34 MARISA MASUMI BEPPU diz que fará algumas intervenções que já fez na COP, mas vale a  
35 pena reforçar aqui, por conta da CAD ser um fórum um pouco maior, talvez a COP seja um  
36 pouco mais técnica nesse aspecto, mas é importante que tragam algumas interpretações,  
37 algumas reflexões. Primeiro, é uma satisfação muito grande ver que estão em um momento  
38 muito interessante, em que há uma previsão superavitária; todos querem ter uma situação dentro  
39 da Universidade que seja boa para todos. Passaram um momento bastante difícil da  
40 Universidade, até os recentes anos, em que todos fizeram esforços, todas as categorias, para que

1 pudessem passar pelos momentos mais difíceis, ainda preservando a questão dos valores da  
2 autonomia. Então nesse aspecto acha que todos esperavam que houvesse um momento em que  
3 a curva se revertesse e que de certa maneira pudessem, como agora, planejar boa parte da  
4 retomada de investimento, seja no reconhecimento da carreira das pessoas, das progressões, dos  
5 reajustes, dos investimentos, quanto também fazer com que a Universidade possa voltar a  
6 caminhar em uma direção de crescimento. Nesse meio-tempo, várias ações estruturantes foram  
7 necessárias, foram feitas. E de fato começa-se a verificar uma reversão importante. Parabeniza  
8 o professor Fernando Sarti e o senhor Thiago, por fazerem um relatório bem contextualizado.  
9 De fato, discutiram na COP que esse superávit vem por dois aspectos: 13% a mais em relação  
10 às receitas, e 4,4% a menos em relação às despesas. Se analisarem um resumo específico, esses  
11 13% de aumento por conta do aumento de arrecadação, falou na COP que é devido a três  
12 importantes fatores que se superpõem: o primeiro é a inflação. Acha que todos vivem um pouco  
13 receosos, o IPCA na casa dos 8%, 9%, sabem também que além da inflação que aumenta a  
14 arrecadação nominalmente, talvez não realmente, mas nominalmente, houve também a questão  
15 da mudança de alíquotas, todos já falando da questão da sobretaxa mais específica nos  
16 combustíveis, observando essas mudanças todas que aconteceram por conta do governo  
17 estadual. E também como ano passado foi um ano muito restritivo em função da pandemia, há  
18 também uma retomada do consumo, que não necessariamente é um crescimento, mas é uma  
19 retomada em relação a um patamar muito difícil, muito baixo. Então mencionou que deveriam  
20 ser muito cautelosos em verificar o que de fato desses 13% seria um crescimento orgânico, um  
21 crescimento consistente na receita. E a redução dos 4,4%, além de tudo que possam ter visto na  
22 enumeração do Thiago, sabem que contribuiu muito para esse superávit a lei complementar  
23 173. Apesar das controvérsias em termos das interpretações que têm sido feitas, ela tem  
24 congelado as progressões, as correções inflacionárias, há dois anos, então isso é muito  
25 significativo. Por mais que possam dizer que estão com 77%, abaixo de 80% de  
26 comprometimento de folha, sabem que aplicando esses percentuais de correção, chegam muito  
27 rapidamente a determinados patamares, então precisam ser cuidadosos em olhar com muita  
28 cautela para esse superávit. Compartilha *slides* e ressalta a necessidade de planejarem o que  
29 podem fazer, e de forma bastante planejada, reconhece e é muito favorável, precisam fazer o  
30 reconhecimento das pessoas, não pode ser só por progressão, porque sabem que os salários  
31 estão depreciados, perderam o poder de compra em relação à questão inflacionária. Então, o  
32 que comentou na COP é que deveriam fazer ou tentar fazer projeções plurianuais. E não  
33 necessariamente quando fazem uma progressão vão acertar, mas elas fornecem cenários  
34 importantes para as tomadas de decisão. O *slide* que mostra foi apresentado em setembro de  
35 2017, e foi feito pela Cplae, a equipe que assessorava a PRDU à época, e mostravam o que  
36 poderia acontecer com o saldo da Universidade no ritmo de receitas e despesas que vinha  
37 acontecendo, e com alguns elementos sendo alterados. Mostra uma curva que representa uma  
38 situação em que já haviam parado, boa parte das obras, era aquela lista de investimentos de que  
39 a PRDU cuidou e depois passou para a Depi, e viram que mesmo sem obras, mas com aumento  
40 de folha no ritmo em que vinham, iriam chegar a um momento talvez de insuficiência muito

1 grande em 2018. Fizeram ainda algumas outras curvas olhando o que seria, com todas as  
2 contingências que estavam fazendo, e com as medidas que estavam sendo propostas.  
3 Reconheciam que as medidas propostas ainda eram menores, mas tudo dependia de cenários.  
4 Ampliavam um pouco essa questão aqui dessa curva específica, então diziam que o que não  
5 queriam ampliando essa parte específica do zero de saldo, onde já nem havia o valor de uma  
6 folha e pagamento à disposição, mas que poderiam ter um problema que é exatamente essa  
7 curva abaixo do zero, essa integral às avessas. O que teriam, no caso, seria a insuficiência para  
8 pagar as pessoas, era o receio que tinham à época. Por isso mostravam um potencial  
9 acompanhamento, existia uma planilha que foi inclusive disponibilizada no portal da  
10 Universidade, uma planilha muito parecida com a que está no *slide*, é claro que tinham  
11 projeções de PIB, a famosa elasticidade do PIB para o ICMS, que foi tão discutida na COP  
12 anteriormente, e o crescimento vegetativo que vinha acontecendo. Então sabiam que as várias  
13 maneiras de se propor são todas passíveis de serem furadas, mas era uma maneira de verificar  
14 como seria se precisassem conceder determinado índice de reajuste na data-base, ou se tivessem  
15 de fazer outra coisa etc. Pelo histórico demonstrado, imaginavam que iriam realmente fazer  
16 uma reversão dessa curva em 2020 e 2021 mesmo. Então, em termos dos patamares, não estava  
17 tão fora assim, imaginavam que pudesse imprimir uma reversão dessa curva neste momento.  
18 Acha que é importante fazerem avaliações de qualidade, todos aqui têm uma preocupação muito  
19 grande em relação à valorização das pessoas, em relação a investimento importante na carreira  
20 das pessoas, mas que tenham uma lucidez em relação ao caminho trilhado. Sabem que existe  
21 uma necessidade de uma grande parcela dos docentes e servidores em geral de que essas  
22 reposições inflacionárias aconteçam, de que as progressões aconteçam, de que os  
23 investimentos, mesmo para o retorno, aconteçam. Então esse tipo de exercício ajuda.  
24 Imaginavam uma retomada de progressões, mas veio a lei complementar 173, veio a pandemia,  
25 portanto fatores externos também agiram. Mas ainda conseguem trabalhar com algum tipo de  
26 previsão, então desejava mostrar em relação ao que discutiram há quatro anos e que, de certa  
27 forma, serviu para tomarem algumas decisões, e que essa retomada da capacidade de  
28 investimento na Universidade seja feita com exercícios que tragam muita lucidez, muitos dados  
29 para tomada de decisões. Acha que poderiam fazer exercícios parecidos para trilhar um caminho  
30 de poder também garantir correção inflacionária, que é importante, é direito do trabalhador,  
31 também as progressões e também os investimentos necessários para continuarem a bem  
32 desempenhar as atividades importantes na Universidade. Insiste que vale a pena ter esse cenário  
33 para poder fazer esse tipo de decisão mais ponderada, mais estudada. Não que não tenham  
34 estudado, mas as necessidades são múltiplas e aparecem com demandas de toda natureza. Então  
35 esse planejamento é muito necessário. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI  
36 MARTINS diz que é prazeroso poder olhar os números e ver que a inflexão dos gráficos que a  
37 professora Marisa apontou vieram muito mais cedo do que previam. Ali estava prevendo em  
38 2020 e 2021 começar uma inflexão, e estão chegando em 2021 com patamares de 2017 e 2018.  
39 Gosta muito da construção de cenários proposta pela professora Marisa, eles são fundamentais  
40 para saberem o que fazer em cada uma das situações. Então, se lá atrás conseguiram construir

1 um cenário, agora podem desfrutar dele sabendo que podemos retomar a vida normal da  
2 Universidade. E é um prazer também dessa gestão poder trabalhar com um cenário bem  
3 diferente do que a gestão anterior pegou. Faz uma consulta ao senhor Thiago e ao professor  
4 Sarti, também com base em cenários, qual seria hoje o panorama real da Universidade sem  
5 pandemia, sem as questões limitantes que tiveram esse ano, quanto gastariam na Universidade  
6 em um ano cheio, comparado com o valor que arrecadaram, para saber realmente quanto é  
7 arrecadado e quanto seria gasto, já projetando isso para 2022. Imaginando a Universidade  
8 funcionando 100%, o quanto arrecadam para saber se estão realmente no superávit ou se estão  
9 em uma situação ainda limite. Pergunta ao senhor Thiago e ao professor Sarti, se para o saldo  
10 de janeiro a maio, dos R\$250 milhões, é prevista uma leve queda para o segundo semestre; se  
11 é isso mesmo que estão prevendo, ou se estão supondo que ainda vai haver um pequeno  
12 aumento. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO diz que é um prazer ver números  
13 positivos nesta CAD, já que têm vivido nos últimos anos sempre trabalhando em diminuir o  
14 déficit. Dá os parabéns ao professor Fernando Sarti e ao senhor Thiago pela alínea que foi  
15 deixada de verba para retomada segura, porque realmente vão precisar de muito investimento  
16 na retomada. Deixa já o alerta ao professor Fernando que a Faculdade de Odontologia de  
17 Piracicaba, sem sombra de dúvida, é a unidade que mais sofrerá para o seu retorno. Ela tinha  
18 150 consultórios de atendimento, e hoje há 12 funcionando. No final do ano, acreditam que esse  
19 número chegue a 35. Então, com certeza precisam ter um investimento, para que cheguem no  
20 próximo ano a números próximos de 60, porque não possuem a mínima condição de atender os  
21 alunos que hoje já estão dentro da Faculdade. Então é uma conversa que já tiveram com os  
22 professores Antonio José e Maria Luiza, mas deixa registrado que a Odontologia, por ser uma  
23 especialidade que atende diretamente contato com saliva, passou por novas normas sanitárias,  
24 que fez com que a possibilidade de atendimento na FOP fosse reduzida drasticamente. O  
25 Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que já falou bastante na COP, já fiz várias  
26 perguntas ao senhor Thiago, ao professor Sarti, então não vai repetir aqui as questões que  
27 colocou naquela ocasião, que já foram bastante satisfeitas. Vai apenas aqui, para o debate,  
28 pontuar algumas coisas. Acha que as projeções são muito importantes, claro, o planejamento é  
29 muito importante, mas as projeções e o planejamento na vida real são povoados por tomadas de  
30 decisão. Nos últimos quatro anos, tiveram um processo de arrocho salarial considerável, e acha  
31 que há uma necessidade muito grande de que tenham um planejamento que consiga reverter,  
32 talvez não totalmente, porque até 2021 vai ser um ano de alta inflação, mas que consigam  
33 reverter, ao menos parcialmente. Como a interpretação que tem se dado sobre a LC 173 é de  
34 que não há possibilidade sequer que haja um reajuste salarial, que possam, a partir de 2022,  
35 efetivamente recuperar o poder de compra dos professores, professoras, técnico-administrativo  
36 e técnica- administrativas. Sem desconsiderar também os estudantes e as estudantes, e a questão  
37 da permanência estudantil, que vai voltar com muita força a partir de 2022. Então acha que esse  
38 planejamento precisa levar em consideração tudo isso, e também o passado recente, que não é  
39 um passado positivo para a manutenção do poder aquisitivo, para a valorização profissional dos  
40 trabalhadores e trabalhadoras da Unicamp. Desde maio de 2016, e está usando alguns dados

1 que estão presentes no *site* da ADunicamp, há perdas acumuladas de 9,53% com relação a  
2 reajuste salarial. Isso para não dizer das progressões. Então acha que a Universidade está  
3 fazendo um bom encaminhamento com relação às progressões, isso é efetivamente valorização  
4 de carreira, isso é promover direitos das pessoas que se propõem a estar na universidade pública,  
5 sabendo que às vezes podem ter um salário mais abaixo do que poderia ser o salário de mercado,  
6 mas fazem uma opção de vida por estar na universidade pública. Então considera muito  
7 importante essa política acertada da atual Administração, de retomada das progressões e  
8 respeito àquilo que a carreira estabelece, tanto com relação aos docentes, mas também com  
9 relação aos técnico-administrativos. Tiveram uma decisão muito importante hoje na parte da  
10 manhã, e deseja fortalecer essa ideia, que a satisfação com o superávit se transforme em ações  
11 práticas, que já estão ocorrendo, no caso das progressões, mas acha que é muito importante  
12 também que consigam nesse planejamento, que é fundamental, considerar essa reativação dos  
13 salários. Com as perdas que já aconteceram e que estão acontecendo, terão um ano muito difícil.  
14 Se por um lado a inflação, artificialmente, faz aumentar o caixa da Universidade, isso ainda é  
15 mais impulsionado, isso é mais potencializado porque desde o ano passado, e considerando este  
16 ano também, estão impedidos pela legislação de promover esse reajuste salarial, pelo menos é  
17 essa a interpretação que o Cruesp tem feito. Então acha importantíssimo que retomem, e tem  
18 certeza de que o professor Sarti, o senhor Thiago, a equipe toda da Aeplan, mantêm a sua ação  
19 em termos de planejar o futuro da Universidade, mas reforça que esse planejamento tem de  
20 considerar a tomada de determinadas decisões. Não são apenas indicadores, mas são decisões  
21 políticas que têm de ser feitas, de valorização do pessoal da Universidade, de valorização da  
22 Universidade. Acha que a atual gestão está no caminho correto, e reforça esse apelo, que não é  
23 um apelo seu, não é um apelo do Unicamp em Movimento, é um apelo de todas as pessoas que  
24 se dedicam à Universidade, que querem fazer jus a esse empenho que têm feito para tornar a  
25 Unicamp uma Universidade cada vez melhor. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS  
26 BIANCARELLI diz que, assim como disse o professor Wagner, já falou bastante na COP e não  
27 vai repetir. Mas parabeniza o trabalho, e diz que de fato é uma novidade terem uma revisão  
28 orçamentária provocada por uma mudança favorável na receita. Essa é uma revisão  
29 orçamentária antecipada para uma mudança de rumo no cenário, como sempre acontece, mas  
30 porque a mudança foi importante e foi na direção contrária. Estar projetado um superávit é nos  
31 últimos anos algo bastante incomum. A professora Marisa comentou, e se inscreveu para  
32 observar que o quarto motivo do aumento da arrecadação tem a ver com a inflação, mas é uma  
33 inflação específica, que é o aumento pesado de tarifas, tarifas particularmente de combustíveis  
34 e energia, que pesam muito na arrecadação do ICMS, pelas características do imposto. Pesa na  
35 conta de energia pessoal, na da Unicamp também, mas aumenta mais que proporcionalmente a  
36 receita da Unicamp por conta das características do imposto. Isso também não deve perdurar  
37 para sempre, esperam que não tenham repetições de tarifas para sempre, se bem que a da  
38 gasolina continua subindo. A segunda coisa, que o senhor Matheus comentou agora, é o que  
39 seria da Universidade se não fosse a pandemia. Olhando os dados do ano passado, até esse  
40 exercício de simulação que a professora Marisa mostrou, no ano passado ele fazia parte da

1 Cplae e brincavam um pouco com os números, acha que tem um pouco de redução de gasto  
2 com contrato, um pouco de outras despesas, mas a arrecadação caiu muito na primeira metade  
3 do ano passado, depois voltou a crescer na segunda metade, agora estão em grandes números,  
4 se está lendo corretamente, há um crescimento que está chegando um pouco acima do patamar  
5 de 2019. Se dividirem o dado de 2020 e o de 2021, parece muito alto o crescimento, mas há  
6 uma caída muito grande na primeira metade do ano passado, e agora está voltando. Então estão  
7 um pouco acima de 019, mas não é tão espetacular assim a situação. Até onde vê nos grandes  
8 números, o fundamental mesmo é folha. O dado da despesa com pessoal, e não é nem em  
9 relação ao ano passado ou retrasado, em relação à proposta orçamentária feita no ano passado,  
10 estão 20% agora na segunda revisão abaixo de gasto com pessoal em relação ao que foi previsto,  
11 ou seja, o grosso é aqui mesmo. A boa parte desse resultado favorável tem a ver com a  
12 compressão dos gastos com pessoal, a folha salarial da Unicamp está estacionada, até está  
13 caindo na margem, o que é uma coisa inimaginável em tempos normais. Acha que é normal ter  
14 crescimento vegetativo inclusive, pelas progressões, pela reposição salarial etc. Outro  
15 comentário, de natureza mais geral, é que diante de uma mudança de cenário, o  
16 encaminhamento aqui está essencialmente na direção correta, ninguém aqui está abrindo as  
17 torneiras de maneira descontrolada achando que esse cenário vai se manter. Estão tendo todas  
18 as cautelas que precisam ter, mas, diante de uma melhora de cenário, os investimentos, que  
19 sempre são a primeira vítima na hora do corte, estão agora sendo retomados, tanto aqueles da  
20 Depi e da Copei, com R\$20 milhões, e essa preparação para retomada segura. E também uma  
21 espécie de preparação do terreno para retomada de progressões e de recomposição salarial, que  
22 só vai ser possível fazer por razões legais no ano que vem. Mas acha que o cenário é esse  
23 mesmo, considera que é o encaminhamento prudente e, ao mesmo tempo, atende aos anseios  
24 da comunidade. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA expressa também sua  
25 alegria com a possibilidade de retomada de investimentos, retomada de progressões e tudo o  
26 mais. Acha que precisam aproveitar o momento, e faz grande diferença as tomadas de decisões  
27 nesses momentos em que há possibilidades e podem tomar boas decisões ou decisões melhores  
28 ainda. Em momentos muito difíceis, às vezes tomam decisões ruins ou precisam escolher entre  
29 o que é ruim ou o que é menos ruim. Em posições mais tranquilas, têm a possibilidade de fazer  
30 opções boas e opções melhores ainda. Foi muito mencionada aqui a questão do planejamento,  
31 e vai insistir bastante nessa tese porque, como já foi muito bem falado pelo senhor Thiago e  
32 pelo próprio professor Sarti, além da professora Marisa, precisam ter uma visão com um pouco  
33 mais de médio e longo prazo, sabendo que boa parte desse aumento é nominal. Então devem  
34 aproveitar aquilo que pode ser preparado para terem uma continuidade, porque uma vez que  
35 existem possibilidades de recompor salários e promoções, ótimo; uma coisa é fazer um aperto  
36 quando a inflação está em torno de 1 a 2%, outra coisa é fazer um arrocho quando a inflação  
37 está em 8%, 10%. Então a Universidade tem de tomar muito cuidado, pois como foi muito bem  
38 falado pelo professor André, a folha dá um impacto muito grande nas contas. E infelizmente,  
39 essa folha diminuiu, em razão de falecimentos. É uma pena que tenham passado por essa  
40 dificuldade toda, e acha que até em honra a essas pessoas, devem ter todo cuidado de aplicar

1 bem esses recursos, que nesse momento estão, não diria que sobrando, mas estão disponíveis.  
2 Em momentos em que não estão disponíveis, precisam tomar decisões muito duras de cortes.  
3 Em momentos em que estão disponíveis, devem tomar decisões responsáveis para o bem da  
4 Universidade, um crescimento que seja sustentável, um crescimento que seja benéfico em  
5 médio e longo prazo. Fica muito feliz com esse retorno da curva para terem uma flexibilidade,  
6 e parabeniza a revisão do orçamento como foi proposta pela Aeplan, pela Reitoria, acha que  
7 está muito bem montada, valorizando inclusive a retomada, e essa é uma preocupação que os  
8 colegas docentes sempre têm trazido, como é que vai ser, se vão retomar, as salas não estão  
9 apropriadas. Então foram muito bem pensados esses investimentos na retomada. E em  
10 investimento, se há recursos conseguem realizar, e se não há, dão uma parada, mas na folha de  
11 pagamento não é assim, existe uma continuidade, ela tem uma inércia própria. Então,  
12 parabeniza por essa nova revisão do orçamento e é altamente favorável, e faz apenas esse  
13 conselho de cautela para que tenham uma retomada com bastante sustentabilidade também no  
14 futuro. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece todas as observações, manifestações,  
15 primeiro porque elas acompanham a preocupação, as linhas gerais da PRDU, da Aeplan, em  
16 termos de como observar, como analisar e avaliar essa evolução das receitas e despesas. Acha  
17 que está muito claro para todos o componente inflação na receita, mas também o quanto isso  
18 na frente representa uma projeção de aumento das despesas. Mas há sim aqui, e eu acho que a  
19 professora Marisa se atentou a isso, um componente de crescimento dessas receitas que não tem  
20 a ver só com a questão nominal. Se tomam os dados que o Thiago apresentou, já descontado o  
21 deflacionado, seja pelo IPC, que é o índice da Fipe, da USP, seja pelo IPCA, que é o índice do  
22 IBGE, o professor André também observou isso, estão falando de um patamar no primeiro  
23 semestre de arrecadação em termos reais que está em torno de R\$6 a R\$8 bilhões superior à de  
24 2019. Está excluindo a pandemia. Se pensam nos 2% da Universidade, é um acréscimo em  
25 termos de R\$120 milhões, algo significativo. Dizer se essa tendência vai se manter ou não só  
26 reforça o argumento bem colocado por vários conselheiros sobre a necessidade de  
27 planejamento, porque podem construir vários cenários. Há um cenário negativo pela frente,  
28 inclusive com uma crise hídrica colocada, um risco sério. Todos sabem que há uma crise  
29 política que certamente tem afetado também os investimentos, então há fatores negativos, como  
30 há também fatores positivos. Diria que talvez o mais positivo deles é um relativo descolamento  
31 de São Paulo, do ponto de vista da evolução da sua arrecadação, em relação ao resto do país.  
32 Em relação ao consumo, tem alguma dúvida. Os dados recentes do IBGE não apontam muito  
33 nessa direção, pelo contrário, o aumento do desemprego, mesmo do endividamento das  
34 famílias, tem sido a variável que tem puxado o crescimento na economia. O consumo ainda não  
35 retornou como poderia, pelo contrário, seja pelo comportamento da massa salarial, seja pela  
36 própria perda de poder aquisitivo pela inflação. Então, o que tem puxado um pouco mais o  
37 crescimento, e não necessariamente isso significa mais impostos, tem sido o setor exportador,  
38 que é exatamente hoje um problema para quem vive de ICMS, porque as exportações são  
39 desoneradas de ICMS. Considera que é muito difícil prever o comportamento da receita, se essa  
40 componente estrutural vai se manter ou não, por isso reforça a ideia de que se deve planejar, e

1 pontua que a discussão na COP foi na direção de que essas projeções sejam plurianuais, a que  
2 é totalmente favorável, bem como a necessidade de se retomar as atividades da Cplae para  
3 construir, ouvir especialistas sobre as mais variadas áreas internas da Universidade, e externas,  
4 que podem contribuir para pensar essas projeções. Lembra que, conforme dito na COP,  
5 certamente essas projeções poderiam já se iniciar olhando do ponto de vista dos investimentos:  
6 como querem, como imaginam, quais são as principais áreas a serem atacadas do ponto de vista  
7 da infraestrutura, e coloca a questão da Tecnologia da Informação, onde a Unicamp tem hoje  
8 uma defasagem importante, e que requer investimentos elevados. Lembra que é necessário  
9 colocar isso dentro de projeções, e que conforme o conselheiro Haiter colocou, também são  
10 necessários investimentos na infraestrutura, não apenas do ponto de vista dos recursos para  
11 serviços, e que a ideia de ter colocado esses recursos também agora na Depi é para tentar uma  
12 retomada nos investimentos, por esse motivo ele é favorável ao planejamento. Estão todos  
13 muito preocupados com a ideia de que a entrada dos recursos não seja inferior à saída dos  
14 mesmos e, portanto, o próprio planejamento, os cenários, contribuiriam nessa direção. Em  
15 resposta ao conselheiro Matheus, informa que despesas sem pandemia até foram utilizadas fazer  
16 o cenário, para pensar o comportamento do segundo semestre, ainda que seja diferente. Porém,  
17 foi utilizado o segundo semestre de 2019, não de 2020, corrigido com a inflação, lembrando  
18 que mesmo a atividade do segundo semestre de 2021 não vai ser a mesma de 2019, e também  
19 que já é possível projetar o primeiro semestre de 2022 olhando para o primeiro semestre de  
20 2019. E de alguma maneira esses números constantes das colunas da apresentação, o efetivo do  
21 primeiro semestre e o projetado do segundo, vão um pouco na direção que o conselheiro  
22 Matheus estava sugerindo, de olhar para o que seriam as despesas da Universidade sem a  
23 pandemia. Embora certamente o maior represamento tenham sido as despesas com recursos  
24 humanos, isso não tem a ver com a pandemia mas com a lei complementar 173. A previsão para  
25 o superávit é difícil pois, conforme pontuado, imagina-se que a receita deva se manter nessa  
26 mesma taxa de crescimento, porém as despesas vão acelerar. Nesse sentido, a previsão seria de  
27 uma redução nesse superávit. Em qual patamar, é difícil prever, seria necessário novamente  
28 pensar em diferentes velocidades em relação à retomada das diferentes despesas em relação a  
29 2022 associadas à progressão, em termos de políticas de valorização profissional, que  
30 envolveria reajuste e contratações. Então, todos esses fatores teriam de ser levados em  
31 consideração para ser possível pensar esse superávit. Concorda com o conselheiro Haiter que a  
32 ideia sobre a retomada foi segura e é papel da Administração prover os recursos necessários  
33 para isso, respeitando todos os protocolos. Ressalta que não há ainda como transformar muitas  
34 dessas informações técnicas em informações econômicas financeiras, mas esse tem sido o  
35 esforço da Administração. Como exemplo, cita que não se sabe quais serão os protocolos  
36 necessários para o uso do fretado, e um fretado que não se use na totalidade e sim 80%, 60%,  
37 50%, repercute em repensar os contratos e o uso, dependendo da velocidade de retomada das  
38 atividades. Ao conselheiro Wagner, responde que todos entendem o efeito da inflação sobre o  
39 arrocho salarial e que os dados de 2016 para cá, em torno de 9% fazem todo sentido, e a ideia  
40 é, dentro do que for possível, pensar para 2022, mencionando a decisão do Supremo sobre a

1 questão em relação à lei complementar 173 que saíram ontem, que reforçam as posições que  
2 até agora a PG vinha assessorando nas decisões aqui da Administração. Ao conselheiro André,  
3 responde que concorda que o investimento é, sem dúvida, a decisão mais prudente, com todos  
4 os efeitos benéficos que provocam o investimento para uma instituição como a Unicamp, e aos  
5 poucos, dentro do possível, avançar. Ao conselheiro Samuel, concorda que a ideia é realmente  
6 pensar a questão do planejamento de médio a longo prazo, o que sempre foi uma característica  
7 da PRDU e da Aeplan, de planejar e trabalhar também com cenários. Neste sentido, coloca que  
8 não saberia dizer desse impacto sobre a folha e sobre os óbitos na Universidade, porém se for  
9 considerada uma informação importante, é possível buscar e fornecer, cruzando os dados da  
10 Aeplan com os dados da DGRH. Pergunta ao senhor THIAGO BALDINI DA SILVA se ele  
11 gostaria de complementar a informação, e ele diz que a projeção de 2022, baseada nos dados  
12 2019, deixa uma certa dúvida de como vai chegar isso em 2022, pois não se sabe se o que a  
13 Universidade fazia em 2019 vai ser suficiente em 2022 ou haverá acréscimo, lembrando que  
14 dependendo de como for com o fretado e restaurante, mudam essas expectativas de receitas  
15 para 2022. Também deixa claro que tanto a Aeplan como a PRDU, passando essa segunda  
16 revisão orçamentária, entrarão diretamente no orçamento de 2022, até pensando nessas  
17 projeções um pouco maiores, de saber qual patamar de arrecadação para 2022, e pensando no  
18 futuro. E como as despesas ficaram represadas durante esses dois anos, principalmente por força  
19 da lei complementar 173, e mesmo as despesas dentro das unidades, irão trabalhar com cuidado  
20 para fazer 2022 já pensando em uma retomada de investimentos, de crescimento, pensando na  
21 arrecadação, em uma retomada segura, para não ter o risco de ter a retomada em 2022 e depois  
22 começar a contingenciar tudo em 2023. Então será pensada em uma projeção, e provavelmente  
23 na proposta já conste um cenário mais claro e com informações que contemplem todas as  
24 dúvidas da comunidade. A SENHORA PRESIDENTE solicita para a doutora Fernanda  
25 atualizar a decisão do Supremo Tribunal Federal de ontem, sobre a lei complementar 173. A  
26 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO informa que o Supremo se  
27 manifestou agora expressamente, através do ministro Alexandre de Moraes, sobre a  
28 possibilidade de Revisão Geral Anual, em uma reclamação, contra uma orientação do Tribunal  
29 de Contas do Paraná. Eles reafirmam que não é possível a Revisão Geral Anual frente a lei  
30 complementar 173, o que vai no mesmo sentido do que a PG tem orientado, não só da Unicamp,  
31 mas também da USP e da Unesp, às Reitorias. Não havendo mais observações, a SENHORA  
32 PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Nada mais  
33 havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: I  
34 – A – Taxa de inscrição da Comvest. 01) Nº 01-D-20591/2021 - Valores das taxas de inscrição  
35 para os processos seletivos de ingresso nos cursos de graduação organizados pela Comvest –  
36 conforme Ofício Comvest nº 51/2021 e Despacho PRG nº 20/2021; e II – B – Designação de  
37 Gratificações de Representação Docente, nos termos da Deliberação Consu-A-22/17. 02) Nº  
38 01-P-17813/2021 – Designação de gratificações de representação docente e pesquisadores -  
39 período entre 01.07.21 a 31.07.21 – conforme Relatório VIFUNC nº 4/21 e Despacho VIFUNC  
40 nº 3/2021: Adriana do Nascimento Araújo Mendes – Coordenador de Curso de Graduação – IA

1 - Andreia Galvão - Diretor de Unidade Universitária – IFCH - Antonio Pires de Camargo -  
2 Coordenador Associado de Curso de Graduação – FEAGRI - Ariovaldo José da Silva -  
3 Coordenador de Pós-Graduação e Coordenador de Programa de Pós-Graduação – FEAGRI -  
4 Bianca Morelli Rodolfo Calsavara - Coordenador Associado de Curso de Graduação – IMECC  
5 - Breno Bernard Nicolau de Franca – Coordenador de Extensão/Pesquisa – IC - Bruna de Souza  
6 Moraes – Coordenador de Centro e Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa III – Nipe - Caio  
7 Lucidius Naberezny Azevedo – Coordenador de Programa de Pós-Graduação – IMECC -  
8 Carlos Goncalves Machado Neto - Coordenador Geral de Cultura – ProEC - Carolina Cantarino  
9 Rodrigues - Coordenador Adjunto – ProEC - Cesar Augusto Baio Santos - Chefe de  
10 Departamento – IA - Claudio Chrysostomo Werneck – Coordenador de Programa de Pós-  
11 Graduação – IB - Eduardo Sterzi de Carvalho Junior - Chefe de Departamento – IEL - Enelton  
12 Fagnani - Coordenador de Pós-Graduação e Coordenador de Programa de Pós-Graduação – FT  
13 - Esther Luna Colombini - Coordenador de Curso de Graduação – IC - Fabio Pinheiro -  
14 Coordenador de Programa de Pós-Graduação – IB - Francisco Jose Arnold – Coordenador da  
15 Administração Regional – DEA/SAR - Giorgio Basilici - Coordenador de Programa de Pós-  
16 Graduação – IG - Henrique Nogueira de Sa Earp - Assessor Docente de Gabinete – Depi - Jose  
17 Alexandre Leme Lopes Carvalho - Chefe de Departamento – IA - Jose Regis Azevedo Varao  
18 Filho - Coordenador de Curso de Graduação – Imecc - Lehilton Lelis Chaves Pedrosa -  
19 Coordenador Associado de Curso de Graduação – Fec - Luiz Cláudio Martins - Assessor  
20 Docente de Gabinete – DEAS - Marcelo Pereira da Cunha - Assessor Docente de Gabinete –  
21 CGU - Marco Tulio Ospina Patino - Coordenador de Curso de Graduação – Feagri - Matheus  
22 Souza - Coordenador de Curso de Graduação – Fec - Mauricius Martins Farina - Coordenador  
23 de Programa de Pós-Graduação – IA - Paulo Mugayar Kuhl - Coordenador de Programa de  
24 Pós-Graduação – IA - Pedro Jose Catuogno - Chefe de Departamento – Imecc - Rodolfo de  
25 Carvalho Pacagnella - Assistente Técnico de Apoio a Pesquisa – FCM - Vinicius de Sousa  
26 Fraga - Coordenador Associado de Curso de Graduação – IA. Em seguida, solicita à Doutora  
27 ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI que faça a leitura da Moção de Repúdio à Mudança de  
28 Atribuição Pelo Monitoramento de Incêndios no Território Nacional, encaminhada pelo IG:  
29 “Considerando a competência científica, experiência, transparência e, notadamente,  
30 independência em relação a ingerências políticas do trabalho de monitoramento de incêndios  
31 que vem sendo executado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desde a década  
32 de 1990; a decisão do governo federal, manifestada por meio das declarações feitas no dia  
33 17.07/.021 pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e por Miguel de Oliveira, diretor do  
34 Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), órgão daquele Ministério, de retirar do Inpe a  
35 atribuição de divulgação de boletins diários com os dados de alertas de incêndio e repassá-la ao  
36 Inmet; que a razão oficial alegada para tal medida seria a criação do Sistema Nacional de  
37 Meteorologia, anunciado em 03.05.2021 por meio de nota conjunta entre o Inmet, Inpe e  
38 Censipam (Sistema de Proteção à Amazônia); que a referida nota, ao apontar a responsabilidade  
39 e atribuições de cada um desses três órgãos, não menciona a qual deles seria atribuída a função  
40 de monitoramento de incêndios; que nenhum outro órgão ou instituição federal tem a mesma

1 competência ou experiência no monitoramento de incêndios por satélite construída pelo Inpe  
2 ao longo de décadas; que tal mudança poderá acarretar danos potenciais incalculáveis aos  
3 principais biomas brasileiros, como Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, entre outros; que  
4 o momento escolhido para essa mudança coincide com um pico de incêndios em vários desses  
5 biomas brasileiros, mas principalmente na Amazônia; que o governo federal deve, acima de  
6 tudo, mostrar transparência e responsabilidade pelo calamitoso avanço do desmatamento no  
7 país, em lugar de promover mudanças de atribuições institucionais de graves consequências  
8 como a aqui referida; a comunidade da Universidade Estadual de Campinas vem se manifestar  
9 contrariamente à transferência dessa atribuição do Inpe para o Inmet, conclamando a  
10 comunidade técnico-científica brasileira a se mobilizar para impedir que mais esse ataque ao  
11 meio ambiente e à integridade dos biomas brasileiros venha a ser cometido. A SENHORA  
12 PRESIDENTE submete à votação a moção, que é aprovada com 17 votos favoráveis e 02  
13 abstenções. Em seguida, passa a palavra aos conselheiros inscritos no Expediente. O  
14 Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO manifesta alegria pela melhora financeira da  
15 Universidade e pelos encaminhamentos que possibilitam a retomada das progressões e dos  
16 investimentos. Convida a comunidade universitária para acompanhar a Mostra de Ciências do  
17 Cotel. O evento tem o objetivo de apresentar à comunidade os trabalhos de pesquisa científica  
18 e técnica dos alunos e professores e incentivar os demais na produção de pesquisas científicas  
19 como um princípio pedagógico, uma competência importante tanto para a área acadêmica,  
20 quanto para o ambiente do trabalho, e será realizada este ano no formato virtual, pelo canal do  
21 colégio no YouTube, aberto ao público, abordando os temas de *fake news* e divulgação  
22 científica. Além de os alunos apresentarem os projetos de iniciação científica desenvolvidos no  
23 colégio, haverá duas palestras: às 10h o doutor Luiz Carlos Dias, membro da força-tarefa da  
24 Unicamp no combate ao Covid-19, ministrará a palestra sobre combate à desinformação e as  
25 *fake news* na pandemia de Covid-19; e às 19h será a vez do mestre em biologia funcional,  
26 professor Vinícius Camargo Penteado, que irá falar sobre divulgação científica. A SENHORA  
27 PRESIDENTE parabeniza a iniciativa do colégio, por essa feira de ciências que mesmo durante  
28 a pandemia decide que vale a pena a ciência acima de tudo. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE  
29 DINIZ diz que tem duas questões, uma é sobre a retomada e a outra, passar a palavra para o  
30 professor Alberto Francato, da FEC, convidado. O Professor ALBERTO LUIZ FRANCATO  
31 fará dois comentários, o primeiro é sobre a boa notícia com a questão do orçamento e o outro é  
32 uma notícia que deixa muito feliz a comunidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura  
33 e Urbanismo: a aprovação do item 03, em que foi aprovada a nova sigla, passando a ser  
34 FECFAU, que vai contemplar os dois cursos de graduação, tanto a Engenharia Civil, quanto a  
35 Arquitetura e Urbanismo, o que era uma demanda de longa data. Felizmente este ano se  
36 conseguiu um consenso na Faculdade, foi aprovado na congregação por unanimidade, seguiu  
37 os trâmites normais da Universidade e isso deixa a comunidade muito feliz. Comunica também  
38 que nos próximos meses, a FECFAU fará alguns estudos da identidade visual da Faculdade,  
39 bem como as medidas de comunicação. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU agradece  
40 a questão de existirem duas rubricas no orçamento para os pleitos de adequações importantes

1 para a questão da retomada, pois considera que será muito importante adequar a circulação dos  
2 espaços de aprendizagem, de ensino, e toda essa infraestrutura. Comenta ainda que ouviu  
3 rumores de que haveria uma data específica para a retomada de atividade presencial, e essa data  
4 foi dada por colegas como 13 de setembro. Pergunta à Administração se essa data se confirma,  
5 o porquê dessa data, quais são as bases, as premissas, porque esse tema é de grande preocupação  
6 por parte do corpo docente, o qual representa, e também sabendo que há parte específica de  
7 investimentos para isso, sabendo que há também um *timing* necessário para que haja essas  
8 adequações. A SENHORA PRESIDENTE informa que responderá no final, junto com as  
9 demais perguntas. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS pede para  
10 fazer uma nota de pesar, da senhora Josefina Steiner, do Instituto de Geociências, que era uma  
11 pessoa muito querida que o Instituto perdeu, toda comunidade da Universidade perdeu. A  
12 SENHORA PRESIDENTE agradece e deixa registrado o pesar e os sentimentos à família da  
13 senhora Josefina Steiner. Em seguida, passa a palavra aos pró-reitores. O Professor IVAN  
14 FELIZARDO CONTRERA TORO passa a palavra ao senhor FERNANDY EWERARDY DE  
15 SOUZA para ele responder à questão do professor Marcelo Mori. O senhor FERNANDY  
16 EWERARDY DE SOUZA informa que é possível prorrogar o calendário, mudando a data de  
17 entrada de notas para até o dia 23 de dezembro, só que lembra que a matrícula dos alunos  
18 também vai até o dia 23. Com isso, muitos alunos poderão não saber o resultado das suas notas  
19 e ter de fazer matrícula sem saber o resultado. O Professor JOÃO MARCOS TRAVASSOS  
20 ROMANO informa que a PRP tem acompanhado a volta paulatina da plataforma Lattes, e  
21 telefonando praticamente todos os dias ao CNPq para saber da prorrogação das datas, em  
22 particular data de 16 de agosto, que seria o *deadline* do pedido de bolsa de pesquisas. A  
23 confirmação é que essa data vai ser adiada, mas ainda não consta esse adiamento no *site* do  
24 CNPq, e por telefone não souberam definir a nova data, mas apontaram que ao longo dessa  
25 semana, talvez amanhã, haja alguma definição. Informa ainda que a PRP continuará  
26 acompanhando e informando cada um dos passos e em particular essa data, que é importante  
27 para todos os colegas. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que o  
28 edital de extensão Covid teve recentemente prorrogado o seu prazo de submissão, termina no  
29 próximo dia 13 de agosto, e o edital de projetos de extensão normal termina em 30 de agosto.  
30 Informa ainda que a ProEC está fazendo mapeamento do processo no sistema Sige com o  
31 objetivo de desenhar um novo sistema que seja um sistema mais amigável para a submissão de  
32 projetos de extensão, e tudo leva a crer que para a próxima versão, próximo ano, já estará com  
33 o novo sistema instalado. O mesmo está acontecendo com a Escola de Extensão, o sistema  
34 operacional utilizado também está sendo mapeado, para reformulá-lo de maneira que se tenha  
35 um sistema operacional que possa permitir que o acesso e os contatos, tanto interno quanto  
36 externo da Escola de Extensão, sejam feitos em uma plataforma mais moderna e também mais  
37 simples de ser utilizada, e que permita realmente acessar por essa plataforma as várias  
38 atividades da Escola de Extensão. Ao longo do tempo, a comunidade será informada quanto ao  
39 andamento do desenvolvimento de todos os sistemas. De qualquer forma, a ideia que está  
40 vigente é que na medida em que for sendo desenvolvido, entrarão em contato com pessoas da

1 comunidade que usam o sistema para fazer o desenvolvimento com o acompanhamento do  
2 usuário, de maneira a fazer alguma coisa que seja realmente simples e que atenda às demandas  
3 da submissão de projetos. A SENHORA PRESIDENTE manifesta os sentimentos à família da  
4 professora Maria Elena Guariento, professora aposentada do Departamento de Clínica Médica  
5 da Faculdade de Ciências Médicas. A professora Maria Helena era médica e freira, tendo  
6 dedicado a vida toda ao cuidado dos alunos, principalmente em uma matéria que se chama  
7 Semiologia, que é o ensino dos primeiros alunos do 4º ano e 3º ano, a como abordar os pacientes.  
8 É uma difícil preparação e ela se dedicou, uma pessoa extremamente dedicada e cuidadosa no  
9 seu trabalho. Foi uma grande perda para o departamento, então deixa aqui os votos de  
10 sentimento à família da professora. Em relação aos questionamentos, começando pela  
11 professora Marisa, sobre uma possível data de retorno. Adianta que foi denominado um grupo  
12 de retomada, que já realizou sua primeira reunião. Esse GT de retomada foi dividido em três  
13 grandes áreas para estudo, uma primeira área que vai estudar e propor medidas em  
14 infraestrutura, uma segunda que vai propor medidas de saúde para os demais, e o terceiro grupo,  
15 que é a parte de comunicação, que consideram extremamente importante para a comunicação  
16 das informações acerca de retomada, ou mesmo acerca da Covid. E um quarto grupo que será  
17 montado para discutir o retorno do seguro dos alunos. Essa primeira reunião, e essa segunda  
18 que será amanhã, tratará do retorno dos servidores. Posteriormente esse grupo de retomada fará  
19 as reuniões para o retorno seguro dos alunos. Lembrando que para os alunos estarão se baseando  
20 muito no Conselho Estadual de Educação, nas normas que já foram publicadas pelo Conselho,  
21 e também pelo Plano São Paulo, que é um pouco diferente de outros estados. Foi sugerida uma  
22 data, não de retorno presencial para todos, mas sabem que existe uma boa parcela de  
23 profissionais, de servidores, já com duas doses de vacina e 14 dias após essa data, que ainda  
24 não retomaram os seus postos de trabalho. Então, embora tenha uma GR já informando que  
25 esses servidores vacinados deveriam retornar aos seus postos, há uma parcela que não retornou.  
26 O dia 13 é uma data proposta, é uma segunda-feira, não para retomada completa da  
27 Universidade, mas para uma cerimônia de abertura do *campus*. Entendem que o retorno tem um  
28 significado muito importante para a comunidade, ele é o retorno de um grupo de uma  
29 Universidade que parou há um ano e meio, e isso levou a diferentes impactos, dependendo de  
30 cada pessoa, de cada servidor, de cada aluno que ficou em casa. Então estão programando uma  
31 celebração para o dia 13, que seria o retorno, seria a abertura do *campus*. Isso não quer dizer  
32 que todas as pessoas deverão estar aqui, mas é necessário marcar uma data de retorno, os  
33 servidores precisam retornar. Essa data foi pensada devido às condições sanitárias e ao  
34 momento epidemiológico, e deverá ser realizado o que for possível de ajuste em infraestrutura  
35 para receber os servidores aqui no *campus*. Então essa é uma abertura, uma cerimônia que irá  
36 também homenagear a todos que sofreram com a Covid, às famílias e às pessoas que faleceram  
37 de Covid e suas famílias que adoeceram e que sofreram essas dores. Então por isso diz que é  
38 uma celebração e não uma comemoração. Essa é a ideia, de ter uma data que seja representativa,  
39 a abertura da Universidade. Estão planejando uma cerimônia para reassumir, acender as luzes  
40 do *campus* todo em determinado horário, mostrando que estão voltando, que estão com

1 condições de estar presentes. Porém, a retomada das pessoas será gradual, não estarão todos  
2 presentes, mas se preparando para retornar. Tem equipes de apoio na parte de saúde, de apoio  
3 psicológico, apoio às pessoas que têm problemas para retornar, as pessoas que se recusaram,  
4 ou ainda têm algum temor em relação à vacina. Estão sendo preparado grupos de apoio, e esse  
5 GT é bastante amplo, é um GT de retomada que não vai se encerrar no curto prazo, mas que em  
6 três semanas deverá ao menos entregar um conteúdo suficiente para orientar a Universidade,  
7 porque muito do que vai ser falado já existe escrito, já existiu no GT anterior de retomada, em  
8 uma época que não existia vacina ainda. Hoje estão em um momento muito diferente do  
9 momento anterior em que foi escrito esse retorno. Essa data foi uma sugestão, pois precisa haver  
10 alguma uma sugestão, e precisam enfrentar a realidade de conviver e retornar seguramente à  
11 Universidade da melhor forma possível, sempre com segurança. Lembrando que as medidas  
12 que estão sendo programadas para o retorno também estão sendo discutidas com as outras  
13 universidades paulistas, e essas decisões provavelmente serão muito parecidas. Estão  
14 discutindo um retorno para as três universidades de forma bastante semelhante, mas sempre  
15 com segurança. Amanhã terão mais uma reunião, o problema da comunicação são os rumores  
16 de pessoas que não tenham entendido completamente o que foi falado. É diferente uma  
17 celebração de retorno, com abertura de *campus*, do que uma obrigatoriedade de estarem todos  
18 aqui. Então, agradece à professora Marisa pela oportunidade que deu de esclarecer, isso é  
19 importante para a comunidade. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que acha  
20 importante esclarecer que a Universidade não “parou” por um ano e meio. Sabe que não foi a  
21 intenção, mas pode geral mal-entendidos. A SENHORA PRESIDENTE agradece a observação.  
22 Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão, e para constar, eu, Ângela de Noronha  
23 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para  
24 ser submetida à aprovação da Câmara de Administração. Campinas, 10 de agosto de 2021.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 370ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO, realizada em 14 de setembro de 2021, sem alterações.*